Relatório de
Pesquisa Participativa

30º Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Tecelãs do Clima:

Empreendedorismo Feminino para uma Transição Climática Justa no Brasil

SEBRAE
COP 30

Sumário

Resumo Executivo

1. **Introdução**
   a) Contextualização da Pesquisa Tecelãs do Clima
   b) Objetivos da publicação e público-alvo
2. **Metodologia da Pesquisa Participativa**
   a) Abordagem dos Laboratórios Vivos (Living Labs)
   b) Estratégias de escuta ativa e letramento inverso
3. **Justiça Climática com Recorte de Gênero**
   a) Conceitos-chave: transição justa, justiça climática feminista
   b) Marcos internacionais e nacionais (COP30, ONU Mulheres, ODS, PNMC, PNA)
   c) Racismo Ambiental e Justiça Climática Interseccional: uma lente para compreender os territórios
4. **Tecelãs do Clima: Vozes e Territórios (Parte 1)**
   a) Perfil coletivo das mulheres empreendedoras
   b) Resultados dos Laboratórios Vivos nos biomas: Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Bioeconomia Azul
5. **Empreendedorismo Climático Feminino**
   a) Definição, práticas e impactos
   b) Dados da pesquisa nacional PIPE 2024
   c) Contribuições para a transição ecológica e inclusão produtiva
6. **Análise Comparativa dos Desafios e Propostas (Parte 2)**
   a) Convergência de barreiras estruturais e climáticas
   b) Análise Transversal e Recomendações Estratégicas
7. **Conclusão**
   a) Caminhos para amplificar as vozes femininas nas agendas climáticas
   b) Convocação institucional para uma transição justa com protagonismo feminino
8. **Referências**
   a) Documentos da ONU, Sebrae, Tecelãs do Clima e fontes complementares

Resumo Executivo

Este documento apresenta os resultados de uma pesquisa participativa conduzida pelo Sebrae Nacional como parte de sua preparação institucional para a COP30. A iniciativa integra a estratégia da organização de fortalecer o empreendedorismo sustentável com recorte de gênero, alinhando-se aos compromissos estabelecidos no *Planejamento Estratégico DAF 2025–2026* e no documento *Posição do Sebrae na COP30*.

A pesquisa foi realizada em cinco biomas brasileiros — Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Bioeconomia Azul — com foco na escuta ativa, no letramento climático e na valorização de práticas empreendedoras lideradas por mulheres em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Mais de 300 empreendedoras participaram da jornada, incluindo agricultoras familiares, pescadoras artesanais, quilombolas, indígenas, catadoras, empreendedoras urbanas e lideranças comunitárias.

Os dados coletados evidenciam que o empreendedorismo feminino, quando articulado à sustentabilidade e à justiça climática, representa uma força estratégica para a inclusão produtiva, a inovação social e a regeneração dos territórios. Essa abordagem está em consonância com o compromisso institucional do Sebrae de "tornar a sustentabilidade e a diversidade o coração das operações da organização", conforme estabelecido no *Planejamento Estratégico DAF 2025–2026*.

Entre os principais desafios identificados estão o acesso limitado a crédito verde, a ausência de políticas públicas adaptadas à realidade dos territórios, a invisibilidade institucional das mulheres empreendedoras e os impactos desproporcionais das mudanças climáticas sobre grupos sub-representados. Como resposta, as participantes propuseram soluções como pagamento por serviços ambientais, integração da fitoterapia ao SUS, democratização do acesso à terra e ao crédito, além do fortalecimento de redes femininas de liderança.

Essas recomendações dialogam diretamente com os cinco eixos estratégicos do Sebrae para a agenda do clima, conforme descrito no documento *Posição do Sebrae na COP30*, que reconhece o papel das MPE na transição para uma economia de baixo carbono e destaca o empreendedorismo feminino como vetor de transformação econômica, social e ambiental.

A partir dos diagnósticos participativos, o Sebrae avança na consolidação de uma estratégia institucional de transição justa com protagonismo feminino, contribuindo para o alcance das metas da NDC brasileira e para o fortalecimento de uma economia regenerativa, inclusiva e competitiva. O empreendedorismo climático com recorte de gênero, ao ser incorporado como frente permanente no escopo do Programa Plural 2026, posiciona o Sebrae como articulador de soluções sustentáveis com impacto real nos territórios.

1. Introdução

a. Contextualização da Pesquisa Tecelãs do Clima

A pesquisa *Tecelãs do Clima* foi desenvolvida com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre os desafios enfrentados por mulheres empreendedoras em territórios vulnerabilizados diante das mudanças climáticas. Surge da necessidade de ampliar a escuta qualificada e sistematizar práticas que conectam empreendedorismo feminino, sustentabilidade e adaptação climática, contribuindo para o fortalecimento de estratégias voltadas à transição justa.

O nome da pesquisa — *Tecelãs do Clima* — é diretamente inspirado nos **Laboratórios Vivos Tecelãs do Clima**, metodologia participativa que estruturou a escuta territorial e a cocriação com mulheres de diferentes biomas brasileiros. Esses laboratórios também deram origem ao vídeo manifesto apresentado na COP30, consolidando uma narrativa sensível e estratégica sobre o protagonismo feminino na ação climática.

A seleção dos biomas — Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Bioeconomia Azul — foi orientada por critérios de diversidade socioprodutiva e relevância ambiental. Por limitações de agenda e tempo, o bioma Pantanal não pôde ser incluído nesta etapa, o que será considerado em futuras ações. Ainda assim, os territórios contemplados oferecem um panorama representativo das realidades enfrentadas por empreendedoras em contextos de vulnerabilidade climática, contribuindo com evidências para o aprimoramento de políticas públicas e estratégias de apoio aos pequenos negócios liderados por mulheres.

Mais do que uma coleta de dados, essa escuta territorial foi um exercício de **letramento inverso**, no qual o Sebrae se colocou como aprendiz, reconhecendo que o conhecimento necessário para a transição ecológica já existe nas práticas cotidianas dessas mulheres. Trata-se de uma

inteligência climática ancestral, cultivada em saberes intergeracionais, que orienta soluções locais e regenerativas.

A escolha pela pesquisa participativa como método central reafirma o alinhamento da iniciativa aos **três eixos estratégicos do Sebrae para a COP30**, conforme documento oficial "Posição do Sebrae na COP30":

- **Educação para a sustentabilidade**;
- **Apoio a negócios sustentáveis**;
- **Incidência para continuidade institucional**.

Ao registrar os saberes e propostas das mulheres dos territórios, este documento fortalece caminhos já traçados por elas, amplificando o que pulsa nas comunidades e se tornando base para discussões sobre políticas públicas, projetos e ações que reconheçam o empreendedorismo feminino como vetor de transformação climática.
Onde tem mulher, tem transformação.

b. **Objetivos da publicação e público-alvo**

Esta publicação tem como objetivo sistematizar os aprendizados da pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*, realizada por meio dos Laboratórios Vivos em cinco biomas brasileiros. A partir da escuta ativa de mulheres empreendedoras em territórios vulnerabilizados, busca-se consolidar evidências sobre o papel estratégico do empreendedorismo feminino na transição climática justa.

Ao reunir práticas, saberes e propostas construídas pelas próprias participantes, o documento contribui para o fortalecimento de políticas públicas, programas de apoio e estratégias de inclusão produtiva com recorte de gênero, alinhadas à agenda de sustentabilidade do Sebrae.

A publicação também visa ampliar o entendimento sobre os impactos das mudanças climáticas nos pequenos negócios liderados por mulheres, evidenciando como essas empreendedoras atuam como agentes de regeneração ambiental, inovação social e resiliência territorial.

Por fim, este material se posiciona como uma referência técnica e institucional para orientar ações futuras do Sebrae, conectando os resultados da pesquisa aos três eixos estratégicos definidos para a COP30.

O público-alvo central desta publicação são as **mulheres empreendedoras de territórios vulnerabilizados**, cujas práticas e vivências constituem a base da pesquisa. Além delas, o documento também se destina e tem participação de **equipes técnicas do Sistema Sebrae**, **organizações da sociedade civil**, **mobilizadores comunitários**, **formuladores de políticas públicas** e demais atores que atuam na articulação de estratégias voltadas

ao empreendedorismo sustentável, à equidade de gênero e à ação climática nos territórios.

2. Metodologia da pesquisa participativa

a. Abordagem dos Laboratórios Vivos (Living Labs)

A pesquisa *Tecelãs do Clima* adotou como abordagem metodológica central os **Laboratórios Vivos (Living Labs)**, ambientes de escuta qualificada e cocriação realizados em territórios vulnerabilizados. Essa escolha reforça o compromisso com a produção de conhecimento a partir das experiências reais das mulheres empreendedoras, valorizando saberes locais, práticas sustentáveis e soluções adaptativas já presentes nos biomas brasileiros.

Os Laboratórios Vivos foram estruturados como espaços de inovação aberta, nos quais as participantes atuaram como protagonistas na construção dos diagnósticos e propostas. A metodologia está alinhada aos princípios da pesquisa-ação participativa e fundamentada em quatro pilares:

- **Cocriação**: soluções desenvolvidas com e pelas comunidades, a partir de suas vivências e práticas empreendedoras.
- **Experimentação em contexto real**: os encontros ocorreram nos próprios territórios, respeitando dinâmicas socioculturais e ambientais locais.
- **Multidisciplinaridade**: articulação entre saberes técnicos, científicos, populares e ancestrais, promovendo inovação inclusiva.
- **Iteratividade**: processos contínuos, adaptativos e baseados em escuta ativa, devolutivas e construção coletiva.

Segundo **Bergvall-Kåreborn et al. (2009)**, Living Labs são definidos como "ambientes de inovação centrados no usuário, baseados em parcerias público-privadas, que integram pesquisa e desenvolvimento com processos de cocriação e aprendizagem coletiva". Essa abordagem rompe com modelos tradicionais de pesquisa ao reconhecer que o conhecimento necessário para a transformação social e ambiental está presente nas práticas cotidianas das comunidades.

Ao reconhecer as empreendedoras como produtoras de conhecimento climático, os Laboratórios Vivos consolidam uma prática de pesquisa que integra sustentabilidade, equidade de gênero e desenvolvimento territorial, alinhando-se às estratégias institucionais do Sebrae para a COP30.

b. **Estratégias de escuta ativa e letramento inverso**

Os Laboratórios Vivos *Tecelãs do Clima* foram concebidos como espaços seguros, dinâmicos e profundamente participativos. Neles, mulheres de diferentes biomas compartilharam experiências relacionadas ao trabalho, renda, saúde, educação, território e meio ambiente, revelando como os impactos das mudanças climáticas se entrelaçam com desigualdades estruturais e barreiras ao empreendedorismo feminino.

A escuta ativa foi conduzida com foco na identificação de demandas reais e potencialidades locais, valorizando o protagonismo das participantes na formulação de propostas. A metodologia priorizou o mapeamento de fatores que afetam diretamente os pequenos negócios liderados por mulheres, como insegurança hídrica, eventos climáticos extremos, perda de biodiversidade, ausência de políticas públicas e restrições ao acesso a crédito e assistência técnica.

Mais do que levantar dados, a pesquisa adotou o **letramento inverso** como prática estratégica. Essa abordagem nos posiciona como agente escutador, reconhecendo que os saberes necessários para a transição ecológica já existem nos territórios — e que o papel institucional é sistematizar, apoiar e amplificar essas soluções. Ao reconhecer as mulheres como produtoras de conhecimento climático, a pesquisa reafirma o compromisso com uma escuta qualificada, territorializada e sensível às interseccionalidades de gênero, raça e classe.

A aplicação dessa estratégia metodológica está alinhada aos princípios da **Justiça Climática Feminista**, conforme definidos pela ONU Mulheres, e contribui diretamente para os eixos estratégicos do Sebrae na COP30: educação para a sustentabilidade, apoio a negócios sustentáveis e incidência para continuidade institucional. Ao integrar escuta, reconhecimento e valorização dos saberes locais, a pesquisa *Tecelãs do Clima* consolida uma abordagem inovadora e inclusiva para o fortalecimento do empreendedorismo feminino em contextos de vulnerabilidade climática.

3. **Justiça Climática com Recorte de Gênero**
   a. **Conceitos-chave: Transição Justa e Justiça Climática Feminista**

A pauta das mulheres frente à crise climática tem ganhado destaque nos principais fóruns internacionais, como os relatórios do IPCC, as diretrizes da ONU Mulheres e as publicações da UNEP. O reconhecimento global é claro: **mulheres, especialmente em territórios vulnerabilizados, estão na linha de frente dos impactos climáticos — e também da regeneração ambiental**.

Segundo o IPCC, as desigualdades de gênero amplificam a vulnerabilidade aos eventos extremos, como enchentes, secas, insegurança alimentar e deslocamentos forçados. Mulheres enfrentam barreiras estruturais no acesso à terra, crédito, educação e participação política, o que limita sua capacidade de adaptação e resiliência. Ao mesmo tempo, lideram práticas sustentáveis como agricultura regenerativa, gestão comunitária da água, economia circular e saberes ancestrais que sustentam a biodiversidade.

A pesquisa *Tecelãs do Clima* adota como referência conceitual os princípios da **Justiça Climática com recorte de gênero**, reconhecendo que os impactos da crise climática não são neutros — eles se manifestam de forma desigual entre territórios, raças, classes e gêneros. Essa abordagem está alinhada ao marco da **Justiça Climática Feminista**, proposto pela ONU Mulheres, e contribui diretamente para o fortalecimento de estratégias de transição justa com protagonismo feminino.

A transição para uma economia de baixo carbono exige não apenas mudanças tecnológicas e econômicas, mas também transformações sociais que garantam equidade no acesso a oportunidades, recursos e direitos. Nesse contexto, as mulheres empreendedoras — especialmente aquelas em territórios vulnerabilizados — atuam como agentes centrais da regeneração ambiental, da inovação social e da resiliência produtiva.

A Justiça Climática Feminista estrutura-se em quatro dimensões interdependentes:

- **Reconhecimento**: das mulheres como produtoras de conhecimento climático, e não apenas como beneficiárias de políticas públicas.
- **Redistribuição**: de recursos, poder e oportunidades, com foco em acesso a crédito verde, tecnologias sociais e inclusão produtiva.
- **Representação**: das mulheres nos espaços de decisão sobre clima, biodiversidade, energia e desenvolvimento territorial.
- **Reparação**: das desigualdades históricas e dos danos causados pela injustiça ambiental e pelo racismo estrutural.

Essas dimensões orientam a atuação institucional do Sebrae na COP30 e estão diretamente conectadas aos três eixos estratégicos definidos no documento oficial *Posição do Sebrae na COP30*: educação para a sustentabilidade, apoio a negócios sustentáveis e incidência para continuidade. Ao incorporar esse marco conceitual à pesquisa, o Sebrae reforça seu compromisso com uma abordagem territorial, interseccional e inclusiva, que reconhece o empreendedorismo feminino como vetor estratégico da transição climática justa.

b. **Marcos Internacionais e Nacionais (COP30, ONU Mulheres, ODS, PNMC, PNA)**

A pesquisa *Tecelãs do Clima* está alinhada aos principais marcos internacionais e nacionais que orientam a integração entre as agendas de gênero, clima e desenvolvimento sustentável. Esses referenciais fortalecem o posicionamento institucional do Sebrae na COP30 e oferecem diretrizes estratégicas para a atuação em territórios vulnerabilizados.

No plano internacional, destaca-se a **Agenda de Ação da COP30**, que reconhece a centralidade da justiça climática e da inclusão social como pilares da transição ecológica. Essa agenda reforça o papel dos pequenos negócios e das comunidades locais na construção de soluções sustentáveis, especialmente em países com alta diversidade sociobiológica como o Brasil.

A **ONU Mulheres**, por meio do marco da **Justiça Climática Feminista**, propõe que políticas climáticas sejam sensíveis ao gênero e estruturadas em quatro dimensões: reconhecimento, redistribuição, representação e reparação. Esses princípios orientam diretamente a metodologia dos Laboratórios Vivos *Tecelãs do Clima*, que escutaram mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultoras e empreendedoras urbanas em seus próprios territórios.

A pesquisa também contribui com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030 da ONU, com destaque para os ODS:

- **5** – Igualdade de gênero;
- **8** – Trabalho decente e crescimento econômico;
- **10** – Redução das desigualdades;
- **12** – Consumo e produção responsáveis;
- **13** – Ação contra a mudança global do clima.

No contexto nacional, a pesquisa dialoga com a **Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)** e com o **Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA)**, que reconhecem a importância da participação social e territorial na formulação de estratégias climáticas. A escuta ativa realizada pelo Sebrae nos Laboratórios Vivos representa uma resposta direta a esse chamado, oferecendo subsídios concretos para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à resiliência dos pequenos negócios liderados por mulheres.

Ao incorporar esses marcos à pesquisa, o Sebrae reforça seu compromisso com uma atuação institucional conectada às melhores práticas internacionais, às diretrizes nacionais e às demandas reais dos territórios. Essa convergência fortalece o papel do empreendedorismo feminino como vetor estratégico da transição climática justa e **reforça o**

posicionamento institucional do Sebrae como articulador de soluções sustentáveis, inclusivas e territorializadas, conforme descrito no documento *Posição do Sebrae na COP30* (2025, p. 16).

c. Racismo Ambiental e Justiça Climática Interseccional: uma lente para compreender os territórios

A pesquisa *Tecelãs do Clima* adota a lente da **justiça climática interseccional** como ferramenta analítica para compreender os impactos da crise climática nos territórios escutados. Essa abordagem reconhece que os efeitos das mudanças climáticas se sobrepõem a desigualdades históricas de gênero, raça, classe, geração e localização geográfica, exigindo respostas integradas e sensíveis às múltiplas vulnerabilidades.

O conceito de **racismo ambiental**, desenvolvido por Benjamin Franklin Chavis Jr. nos anos 1980, é central para essa análise. Ele descreve como populações racializadas — negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas — são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, sem proteção institucional adequada. No contexto brasileiro, essa realidade se manifesta na invisibilidade das comunidades tradicionais nos processos de planejamento urbano, na ausência de infraestrutura resiliente e na desvalorização dos saberes e produtos das mulheres negras e indígenas.

Nos Laboratórios Vivos *Tecelãs do Clima*, realizados em cinco biomas estratégicos, os relatos das participantes evidenciaram como o racismo ambiental impacta diretamente o cotidiano das empreendedoras. Mulheres enfrentam enchentes recorrentes, escassez hídrica, contaminação por agrotóxicos, queimadas, deslocamentos forçados e perda de biodiversidade — fatores que comprometem a permanência nos territórios e fragilizam a sustentabilidade dos pequenos negócios.

Ao mesmo tempo, essas mulheres lideram práticas regenerativas, redes de cuidado e soluções produtivas que integram saberes ancestrais, inovação comunitária e gestão ambiental. A escuta ativa revelou que o enfrentamento ao racismo ambiental é condição para a construção de uma transição climática justa, territorializada e inclusiva.

> **"O saber da oralidade é um saber que não se separa da vida. Ele é vivido, praticado, transmitido com o corpo, com o gesto, com o exemplo. É um saber que não se dissocia do território."**
> — *Nego Bispo*

Essa perspectiva está alinhada aos compromissos institucionais do Sebrae com a equidade racial e de gênero, conforme estabelecido no *Planejamento Estratégico DAF 2025–2026*, que posiciona a

diversidade como eixo central das operações. Ao reconhecer o racismo ambiental como dimensão estruturante da crise climática, a pesquisa *Tecelãs do Clima* contribui para o fortalecimento de estratégias que promovam inclusão produtiva, justiça social e sustentabilidade nos territórios.

4. Tecelãs do Clima: Vozes e Territórios

a. Perfil coletivo das mulheres empreendedoras

O perfil das mulheres que participaram da pesquisa *Tecelãs do Clima* reflete a diversidade, a resiliência e a capacidade de inovação presentes nos territórios brasileiros. A escuta ativa realizada nos Laboratórios Vivos, conduzidos em cinco biomas estratégicos, reuniu mais de 300 mulheres com trajetórias empreendedoras vinculadas à sustentabilidade, à economia local e à regeneração ambiental.

As participantes atuam em contextos de alta vulnerabilidade climática e social, liderando iniciativas produtivas com forte vínculo territorial. Entre os perfis mobilizados, destacam-se:

- **Agricultoras familiares e assentadas**, guardiãs de sementes crioulas, hortas medicinais e sistemas agroecológicos;
- **Pescadoras artesanais e artesãs costeiras**, protagonistas da bioeconomia azul e da economia circular;
- **Mulheres quilombolas e indígenas**, detentoras de saberes ancestrais sobre manejo sustentável, cura tradicional e preservação dos biomas;
- **Empreendedoras urbanas e periféricas**, atuantes em cadeias produtivas verdes, como reciclagem, agricultura urbana, fitoterapia e comércio solidário;
- **Catadoras organizadas**, integrantes de cooperativas que articulam sustentabilidade, geração de renda e inclusão social;
- **Raizeiras e parteiras tradicionais**, que integram saúde popular, espiritualidade e práticas regenerativas;
- **Lideranças comunitárias e jovens empreendedoras**, que conectam inovação, tecnologia e mobilização social nos territórios.

A faixa etária das participantes variou entre 18 e mais de 70 anos, evidenciando uma forte presença intergeracional. Essa composição permitiu a troca de experiências entre juventudes engajadas e matriarcas guardiãs de saberes, fortalecendo redes de cuidado, formação e continuidade cultural.

As mulheres escutadas compartilham vivências marcadas por desafios estruturais — como insegurança hídrica, enchentes, queimadas, perda de

biodiversidade, racismo ambiental, ausência de políticas públicas e barreiras ao acesso a crédito e assistência técnica. Ao mesmo tempo, revelaram estratégias de resistência e inovação, como o uso de plantas medicinais, práticas agroecológicas, produção artesanal com reaproveitamento de resíduos, criação de moedas sociais e articulação de coletivos femininos.

Esse perfil coletivo demonstra que o empreendedorismo feminino nos territórios não é apenas uma estratégia econômica — é uma prática de regeneração. As *Tecelãs do Clima* não apenas enfrentam os impactos da crise climática: elas lideram soluções adaptativas, sustentáveis e inclusivas, conectando saberes locais à construção de um futuro mais justo, resiliente e alinhado à nova economia verde.

b. **Resultados dos Laboratórios Vivos nos biomas: Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Amazônia e Bioeconomia Azul**

Caatinga

O sertão pernambucano, inserido no bioma Caatinga, é um território emblemático para compreender os efeitos das mudanças climáticas em regiões semiáridas do Brasil. Com características ecológicas únicas e uma trajetória marcada por desigualdades estruturais, o sertão representa simultaneamente vulnerabilidade, inovação social e resistência comunitária.

A Caatinga, bioma exclusivamente brasileiro, enfrenta há décadas os impactos da desertificação, da escassez hídrica e da degradação dos solos — processos intensificados pelo avanço da crise climática (Leal et al., 2020). O uso intensivo da terra, o desmatamento para fins agropecuários e a exploração predatória de recursos naturais têm comprometido a capacidade de regeneração dos ecossistemas. A redução da cobertura vegetal, somada à irregularidade das chuvas e ao aumento das temperaturas, provoca ciclos prolongados de seca, perda de biodiversidade e insegurança hídrica para milhares de famílias (Silva; Albuquerque, 2021).

No campo social, os efeitos da crise climática recaem de forma desproporcional sobre populações historicamente vulnerabilizadas. Mulheres agricultoras, comunidades quilombolas, indígenas e famílias de baixa renda enfrentam os maiores riscos, com acesso limitado a água potável, saneamento, assistência técnica e políticas públicas de adaptação. A ausência de infraestrutura adequada e a negligência histórica do Estado

aprofundam desigualdades e comprometem direitos básicos como saúde, educação e segurança alimentar (Costa; Nascimento, 2022).

Nesse contexto, o conceito de justiça climática ganha centralidade, articulando a crise ambiental às desigualdades sociais, territoriais e raciais. A Caatinga é habitada majoritariamente por populações negras e pardas, cujas condições socioeconômicas se aproximam das da população preta, distanciando-se significativamente da branca (Daflon, 2014; Weschenfelder; Silva, 2018). Essa realidade reforça a urgência de reconhecer o racismo ambiental como dimensão estruturante da crise climática no sertão.

A instalação recente de parques eólicos no Agreste e Sertão pernambucano adiciona uma camada crítica ao debate. Embora apresentados como projetos de energia limpa e sustentável, os complexos eólicos têm gerado impactos profundos sobre comunidades rurais, especialmente pequenos agricultores e agricultoras familiares.

Estudos e relatos locais apontam para processos de desterritorialização, poluição sonora, contaminação da água, perda de biodiversidade, insônia, depressão, insegurança alimentar e êxodo rural (Mapa de Conflitos, 2023). Além disso, os aerogeradores foram instalados próximos às residências, sem consulta adequada às comunidades e sem transparência nos contratos de arrendamento. A promessa de geração de renda e melhoria de vida não se concretizou. Os moradores passaram a conviver com problemas de saúde, rachaduras nas casas, perda de cultivos e restrições ao uso da terra — afetando diretamente o modo de vida tradicional e a autonomia produtiva das mulheres da Caatinga (UPE, 2023).

Esses impactos evidenciam uma forma de injustiça ambiental em que os benefícios da transição energética são apropriados por grandes grupos econômicos, enquanto os custos recaem sobre populações vulnerabilizadas. A ausência de mecanismos de reparação, diálogo e proteção institucional reforça a invisibilidade dessas comunidades no planejamento energético nacional.

Diante desse cenário, a escuta realizada no Laboratório Vivo *Tecelãs do Clima* reforça a importância de articular preservação ambiental, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento dos direitos socioambientais e enfrentamento das desigualdades estruturais. A inclusão das mulheres do sertão como protagonistas na construção de soluções climáticas é estratégica para promover equidade, sustentabilidade e inovação social nos territórios.

A pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*, ao incluir o sertão pernambucano como território de escuta, contribui para ampliar o entendimento sobre os impactos da crise climática em regiões semiáridas

e sobre o papel das mulheres como agentes de regeneração. No contexto da COP30, essa abordagem se conecta aos marcos internacionais e nacionais — como a Agenda de Ação da COP30, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o marco da Justiça Climática Feminista da ONU Mulheres, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Nacional de Adaptação (PNA) e ao posicionamento institucional do Sebrae na COP30 — reafirmando que a transição ecológica precisa ser territorial, interseccional e liderada por quem vive e transforma o clima todos os dias.

No município de Cabrobó (PE), o Laboratório Vivo *Tecelãs do Clima* foi realizado no Quilombo Santa Ana, território que preserva tradições quilombolas, práticas de cuidado com a terra e a cultura viva da Caatinga. A escuta foi mobilizada pelo Sebrae – Unidade Petrolina, por meio do projeto regional de desenvolvimento econômico sustentável **Águas de Oportunidade: Construindo Rotas de Desenvolvimento no Sertão do São Francisco**, realizado em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADEPE), no âmbito do edital *PE Produz*. O projeto tem como objetivo fomentar o turismo sustentável e fortalecer pequenos negócios em comunidades ribeirinhas, quilombolas e urbanas, com foco em inclusão produtiva, valorização cultural e geração de renda.

Projeto Águas de Oportunidade: Construindo Rotas de Desenvolvimento no Sertão do São Francisco – Petrolina (PE)

Essa iniciativa estratégica, fruto de convênio entre o Sebrae Pernambuco e a Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (ADEPE), no âmbito do edital *PE Produz*, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável do turismo na região do Sertão do São Francisco. O projeto busca superar desafios estruturais que limitam o potencial econômico e social dos territórios ribeirinhos, como a ineficiência das instâncias de governança locais, a ausência de padronização nos produtos e serviços turísticos e a falta de canais eficazes de comunicação com o mercado.

Atuando diretamente em municípios banhados pelo Rio São Francisco — Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina (com destaque para a Ilha do Massangano) — o projeto tem como público-alvo 110 pessoas pertencentes a comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, mulheres empreendedoras e pequenos negócios urbanos. Entre os grupos beneficiados, destaca-se a Associação dos Quilombos de São João Batista, composta exclusivamente por mulheres.

O impacto esperado é significativo: a qualificação dos empreendedores e a padronização dos serviços turísticos têm potencial para aumentar o fluxo de visitantes e gerar oportunidades de trabalho, com estimativa de

crescimento de até 5% na geração de emprego e renda. Além disso, negócios turísticos aprimorados podem elevar sua receita entre 20% e 30%, promovendo inclusão econômica e fortalecimento dos pequenos empreendimentos.

O projeto também possui um forte componente de apoio às mulheres, que representam 83% dos membros das comunidades tradicionais envolvidas, com destaque para a comunidade quilombola de Orocó, composta exclusivamente por mulheres. Essa atuação reforça o compromisso do Sebrae com o fortalecimento do protagonismo feminino como eixo estruturante da transição climática justa e do desenvolvimento territorial sustentável.

Com vigência entre maio de 2025 e novembro de 2026, o **Projeto Águas de Oportunidade: Construindo Rotas de Desenvolvimento no Sertão do São Francisco** representa uma ação estruturante para o fortalecimento da economia local, a valorização das comunidades tradicionais e a construção de um modelo de turismo sustentável e inclusivo no Sertão do São Francisco.

Entre as metas e resultados previstos até novembro de 2026, destacam-se:

- A constituição de uma **Instância de Governança representativa da Rota Ribeirinhos do Velho Chico**, reunindo poder público, sociedade civil e setor privado;
- A criação e promoção de **três Rotas Integradas de Turismo** nos municípios banhados pelo Rio São Francisco;
- A **garantia da presença digital dos roteiros turísticos** da região, ampliando sua visibilidade e acesso ao mercado.

A atuação abrange os municípios de Belém do São Francisco, Cabrobó, Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina (com destaque para a Ilha do Massangano), beneficiando diretamente 110 pessoas de comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, mulheres empreendedoras e pequenos negócios urbanos.

Participaram da escuta:

- **Rosemeire** – liderança quilombola;
- **Maria Ana** – agricultora quilombola, guardiã de memórias e saberes;
- **Seu Valdon** – ancião, guardião de histórias e tradições;
- **Luzimar** – responsável pela apresentação do museu comunitário;
- **Regina** – técnica do Sebrae Petrolina, gestora do Projeto de Desenvolvimento Turístico e filha do sertão;
- Outras mulheres quilombolas e jovens da comunidade, que contribuíram com apresentações culturais e rodas de conversa.

Os principais **temas abordados** emergiram a partir dos saberes ancestrais, com destaque para as falas de Maria Ana e Seu Valdon. Os diálogos revelaram:

- **Mudanças climáticas na Caatinga**: perda da previsibilidade das chuvas, intensificação da seca, alterações nos ciclos lunares e solares, afetando diretamente os períodos de plantio e colheita;
- **Transmissão intergeracional de saberes**: valorização dos mais velhos como fontes de conhecimento, com a oralidade como ferramenta de resistência e preservação da história;
- **Resistência e permanência**: priorização da preservação sobre a lógica de mercado, com a simplicidade e a coletividade — simbolizada pelo caroá — como estratégias de sobrevivência;
- **Saúde e meio ambiente**: aumento de doenças respiratórias causadas por queimadas, uso contínuo de plantas medicinais e a importância de preservar árvores que "chamam a chuva";
- **Cultura e identidade quilombola**: valorização de danças, culinária, artesanato e do museu comunitário como instrumentos de educação e pertencimento;
- **Juventude e tecnologia**: migração de jovens em busca de trabalho e seu retorno com novos conhecimentos e tecnologias para fortalecer o território.

As falas das participantes evidenciam como a crise climática impacta o cotidiano da comunidade, mas também como a ancestralidade, a espiritualidade e a coletividade sustentam estratégias de resistência e alimentam sonhos de futuro:

"Antes tinha data certa de começar o inverno."
"Até o tempo da lua tá ruim, antes dava pra saber o tempo da macaxeira pela lua."
"As experiências já não estão mais valendo."
"Os mais velhos são como o nosso jardim, eles passam a sabedoria pra gente."
"A tecnologia ancestral é que tem nos mantido vivas."
"Um caroá sozinho é fino, mas junto se torna forte."
"Tudo o que a gente precisava pra se cuidar tem aqui nas plantas."
"Cuidado com as águas é manter as árvores que chamam a chuva."
"Quando a gente entra na Caatinga, a gente entra no olho d'água. A gente sente uma conexão diferente, porque é algo divino."
"A coisa mais linda pra mim é contar a história dos nossos ancestrais."

Desafios identificados pela comunidade

- Mudanças climáticas imprevisíveis, que fragilizam o plantio e o manejo agrícola;
- Perda de referências tradicionais que orientavam os ciclos produtivos;
- Êxodo da juventude e risco de ruptura na transmissão cultural;
- Aumento de doenças respiratórias associadas às queimadas;
- Ameaças à segurança hídrica e à permanência no território.

Propostas comunitárias para a regeneração da Caatinga

- Reconhecimento e valorização dos saberes ancestrais como tecnologias de sobrevivência;
- Preservação da vegetação nativa e das árvores associadas à atração de chuvas;
- Fortalecimento da caprinocultura sustentável como alternativa de geração de renda;
- Criação de espaços de educação e memória, como o museu comunitário, articulando juventude, ancestralidade e inovação;
- Apoio institucional e políticas públicas que reconheçam o papel das mulheres quilombolas como guardiãs do bioma e da saúde comunitária.

As vozes do Quilombo Santa Ana reafirmam que a **Caatinga é viva, mesmo na seca**. A simplicidade, a união e a ancestralidade são os pilares da resistência comunitária. O futuro desejado passa pela permanência no território, pela continuidade dos saberes entre gerações e pela integração entre juventude, tecnologia e tradição. Nesse horizonte, a relação com a Caatinga é vista não apenas como sobrevivência, mas como um vínculo sagrado — que inspira cuidado, pertencimento e amor pelo território.

Mata Atlântica

A Várzea, localizada na Zona Oeste do Recife, foi o território urbano escolhido para representar o bioma Mata Atlântica na pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*. Com forte presença de comunidades periféricas, populações negras, catadoras, empreendedoras populares e lideranças femininas, a Várzea é marcada por desigualdades históricas, vulnerabilidades ambientais e uma intensa relação entre território, cultura e resistência.

Embora fragmentada, a Mata Atlântica ainda abriga remanescentes importantes na região, como a Área de Proteção Ambiental da Mata do Engenho Uchôa, símbolo da luta comunitária

contra empreendimentos predatórios (Mapa de Conflitos, 2023). A degradação ambiental na Várzea resulta de múltiplos fatores acumulados ao longo do tempo: desmatamento urbano, ocupações desordenadas (fruto da exclusão habitacional), ausência de saneamento básico, poluição hídrica e atmosférica, além da negligência institucional que silencia e invisibiliza os territórios periféricos.

Esses processos afetam diretamente a qualidade de vida das comunidades, comprometendo o acesso à água potável, à saúde pública e à segurança territorial. A erosão dos solos, a contaminação dos rios e a perda de biodiversidade são agravadas pelas mudanças climáticas, que intensificam eventos extremos como enchentes, alagamentos e ondas de calor (Saber Tecnologias, 2025).

No campo social, os impactos ambientais recaem de forma desproporcional sobre mulheres negras, catadoras, trabalhadoras informais e famílias em situação de vulnerabilidade. A luta pela preservação da Mata do Engenho Uchôa mobiliza há décadas moradores, ambientalistas, educadores e lideranças comunitárias contra projetos de incineração de resíduos que ameaçam a saúde pública e o sustento de centenas de famílias. Essa realidade evidencia o conceito de **racismo ambiental**, que denuncia como populações racializadas são sistematicamente expostas aos riscos ambientais sem proteção institucional (Chavis, 1982).

A Várzea também revela como a injustiça ambiental se manifesta nas cidades: enquanto áreas nobres recebem investimentos em infraestrutura verde, as periferias urbanas enfrentam abandono, insegurança hídrica e ausência de políticas de adaptação climática. São territórios onde os eventos extremos — enchentes, alagamentos, deslizamentos e ilhas de calor — não são exceções, mas parte da rotina.
A revisão do Plano Diretor do Recife aponta que a construção de uma cidade resiliente exige um modelo de desenvolvimento inclusivo, com governança multinível e participação ativa das comunidades na formulação de soluções (Scielo, 2025).

A economia local da Várzea é sustentada por práticas profundamente conectadas ao território, como reciclagem, comércio popular, agricultura urbana, produção artesanal e serviços comunitários. No entanto, essas práticas enfrentam desafios estruturais, como falta de acesso a crédito, invisibilidade institucional e ausência de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva em cadeias verdes. As mulheres da Várzea, em especial, lideram redes de cuidado, práticas sustentáveis e iniciativas de resistência que articulam território, cultura e justiça climática.

Diante desse cenário, a escuta realizada no Laboratório Vivo *Tecelãs do Clima* reforça a importância de articular preservação ambiental, valorização dos saberes populares, enfrentamento das desigualdades

raciais e fortalecimento dos direitos socioambientais. A inclusão das mulheres da Várzea como protagonistas na construção de soluções climáticas é estratégica para promover equidade, regeneração urbana e inovação social nos territórios periféricos.

A pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*, ao incluir a Várzea como território de escuta, contribui para ampliar o entendimento sobre os impactos da crise climática nas cidades e sobre o papel das mulheres periféricas como agentes de transformação.

No contexto da COP30, essa abordagem se conecta aos marcos internacionais e nacionais — como a Agenda de Ação da COP30, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o marco da Justiça Climática Feminista da ONU Mulheres, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Nacional de Adaptação (PNA) e ao posicionamento institucional do Sebrae na COP30 — reafirmando que a transição ecológica precisa ser urbana, interseccional e liderada por quem vive e transforma o clima todos os dias.

No município de Recife (PE), o Laboratório Vivo *Tecelãs do Clima* aconteceu dentro do bairro da Várzea, território que resiste por meio da agricultura urbana como estratégia de soberania alimentar em meio à expansão urbana e às desigualdades socioambientais. A escuta foi mobilizada pelo Sebrae PE – Unidade Recife, por meio do projeto **Território Regenerativo – Recife PE**, iniciativa de agroecologia urbana que surgiu como resposta aos impactos sociais e ambientais agravados pela pandemia. Idealizado com apoio das consultorias Parsifal 21 e Trê Investimento com Causa, o projeto integra o movimento Juntos pela Várzea, envolvendo moradores, empreendedoras locais e lideranças comunitárias em ações de regeneração ambiental, educação climática e fortalecimento da economia circular.

Projeto Território Regenerativo – Recife PE

O Projeto Território Regenerativo é uma iniciativa de agroecologia urbana que surgiu no bairro da Várzea, em Recife, como resposta aos impactos sociais e ambientais agravados pela pandemia. Idealizado a partir da consultoria de duas referências nacionais — Parsifal 21 e Trê Investimento com Causa — o projeto nasceu do desejo do grupo empresarial Cornélio Brenand de contribuir com a comunidade local, dando origem ao movimento Juntos pela Várzea, que envolveu moradores e empreendedoras da região.

A proposta tem como objetivo central estimular a consciência ambiental, o empoderamento comunitário e a corresponsabilidade pelos impactos ambientais gerados por indivíduos e empreendimentos. Sua atuação se dá

em diversos pontos parceiros no bairro da Várzea, como o Hub Plural, a Universidade Federal de Pernambuco e outros espaços colaborativos.

O alcance do projeto é amplo e estratégico. Estudos realizados pelo grupo indicam que a preservação da Mata Atlântica na Várzea, mantida atualmente pela família Cornélio, contribui diretamente para a regulação climática da cidade, podendo reduzir em até 2 graus a temperatura média da região metropolitana do Recife. Diante disso, o projeto busca fomentar uma cultura de cuidado coletivo, com vistas à futura incorporação dessa responsabilidade pela própria comunidade.

O Território Regenerativo está estruturado em três eixos principais. O Sebrae atua como realizador no eixo voltado à conscientização da população, à ideação de negócios sustentáveis e ao desenvolvimento de ferramentas de gestão. A iniciativa conta com uma metodologia própria, desenvolvida pelas consultorias envolvidas, que já possuem atuação consolidada em outros estados do país.

O projeto nasce, portanto, da necessidade de garantir a sustentabilidade da manutenção de um grande terreno preservado na Várzea, atualmente sob responsabilidade da família Cornélio. Reconhecendo os limites dessa gestão a longo prazo, o grupo busca engajar a comunidade local e a cidade do Recife em um compromisso coletivo com a regeneração ambiental e o desenvolvimento territorial sustentável.

Estiveram presentes na ação:
- Júlia Luíza (25 anos) – CESAV, jovem liderança comunitária.
- Joyce Firmiano (30+) – CESAV, agricultora urbana.
- Dona Lia (60+) – cofundadora do CESAV.
- Dona Elza (60+) – cofundadora do CESAV.
- Ana (40+) – CESAV, articuladora comunitária.
- Ana Catarina Gordiano - Sebrae PE – equipe técnica.
- Evelyne - Sebrae PE – equipe técnica.
- Kess Jones – HOPE – apoio na mobilização.
- Mayara Pimentel - Responsável do Projeto – UEDI - Sebrae Nacional
- Georgia Cunha - Facilitadora contratada

Os temas abordados durante a ação foram muito ricos pela presença de uma juventude engajada e em sintonia com os saberes das mais velhas. O diálogo fluiu por:

- **Mudanças climáticas sentidas pelas mulheres:** sol mais forte, chuvas intensas e imprevisíveis, enchentes em áreas antes seguras.
- **Impactos imediatos:** casas alagadas, perdas materiais, famílias dias sem energia, insegurança alimentar crescente.
- **Respostas comunitárias:** ações emergenciais (como a distribuição de vassouras para limpeza pós-enchente), monitoramento climático,

desenvolvimento de novas técnicas.
• **Saúde socioambiental:** agricultura urbana e produção de fitoterápicos como práticas de cuidado coletivo, integrando saberes indígenas e afrodescendentes.
• **Economia comunitária:** hortas, moedas sociais, produção circular e intercâmbios entre territórios.
• **Desafios estruturais:** falta de acesso seguro à terra, pressão urbana sobre
hortas, dificuldades de financiamento e de apoio técnico especializado.
• **Parcerias estratégicas:** papel do Sebrae, do CESAV, da KapiWara e do programa Territórios Regenerativos na formação e apoio às comunidades.
• **Protagonismo feminino:** mulheres lideram o cultivo, a produção de fitoterápicos e a formação comunitária, sendo guardiãs de saberes ancestrais e práticas de saúde popular.
• **Responsabilidade intergeracional:** consciência de que as mulheres de hoje são "ancestrais do futuro" e precisam garantir território, solo fértil e saúde para as próximas gerações.

As **falas das participantes** revelam a intensidade das mudanças climáticas no território, os impactos diretos sobre a vida das mulheres, suas estratégias de resistência e os sonhos para o futuro. Registramos algumas:

Percepções sobre o clima
"O sol de oito horas já parece o sol de meio-dia."
"As chuvas já não são mais simplesmente chuvas, agora sempre acendem um alerta."
"Locais que nunca tinham alagado agora ficam debaixo d'água."

Impactos vividos
"Sem terra não se faz nada."
"Ficamos dias com a casa alagada e sem energia porque as paredes estavam molhadas."
"Os alimentos estão cada vez mais caros, e isso pesa junto com as mudanças do clima."

Estratégias e propostas
"A horta é também a nossa sala de aula, o lugar onde aprendemos e cuidamos."
"Precisamos de apoio técnico para notificar nossos produtos fitoterápicos."
"As comunidades já preservam a biodiversidade, mas precisamos ser valorizadas por isso."

Sonhos e visão de futuro
"Eu sonho que sejamos todos cuidadores da terra e dos nossos territórios."

"Sonho que as comunidades superem vaidades e se multipliquem na integração."
"Desejo saúde e reconhecimento para quem está na base."

No compartilhar das experiências do cotidiano registramos alguns desafios identificados e propostas levantadas pelas próprias participantes.

Desafios:

• **Climáticos:** chuvas cada vez mais intensas, enchentes frequentes, calor extremo. Nos extremos as plantas morrem, não nascem ou não produzem na escala desejada.
• **Estruturais:** ausência de acesso garantido à terra e ameaça constante de empreendimentos urbanos desmotivam as mulheres em seus territórios. Elas demonstram a resiliência a cada perca de safra.
• **Econômicos:** alimentos mais caros, falta de financiamento mais adequado a realidade delas, falta de políticas públicas de apoio, baixo incentivo de trabalho associado aos estudos para os jovens.
• **Produtivos:** entraves legais para notificação de fitoterápicos e falta de assessoria técnica em formulações.

Propostas levantadas
• Criação de políticas de pagamento por serviços ambientais.
• Democratização do acesso à terra e a financiamentos em escala digna para famílias e comunidades.
• Formação contínua como eixo de ação, unindo teoria e prática na terra.
• Intercâmbios territoriais e pedagógicos como estratégia de troca e fortalecimento de redes.
• Economia circular comunitária e fortalecimento de moedas sociais.
• Notificação e regulamentação dos fitoterápicos, com assessoria técnica especializada.
• Integração ao SUS: fornecimento de fitoterápicos produzidos pelas comunidades.

O encontro foi encerrado com **compartilhamento de sonhos e aplausos**, reafirmando a esperança coletiva de um futuro justo e sustentável, tecido a muitas mãos.

Cerrado

Reconhecido como a savana mais biodiversa do planeta e berço das águas do Brasil, o bioma Cerrado abriga territórios estratégicos para compreender os impactos das mudanças climáticas em contextos rurais e urbanos. As **regiões de Planaltina e Brasília, no Distrito Federal**, concentram comunidades tradicionais, agricultoras familiares, coletivos

agroecológicos e cooperativas de catadoras, que atuam na interface entre conservação ambiental, segurança alimentar e bioeconomia regenerativa.

Essa potência territorial convive com ameaças crescentes que afetam diretamente os modos de vida que sustentam a regeneração local. O Cerrado enfrenta uma degradação acelerada provocada pela pressão do agronegócio, pela expansão urbana e pela escassez hídrica. A perda de cobertura vegetal, o aumento das queimadas e a contaminação dos aquíferos comprometem os ciclos naturais e intensificam eventos extremos, como secas prolongadas e chuvas torrenciais. Em Planaltina, por exemplo, a impermeabilização do solo e a limitação da infraestrutura de drenagem têm ampliado os riscos de enchentes e erosões, com impactos diretos sobre comunidades rurais e periféricas (Rebouças, 2021; ANA, 2022).

A tendência de intensificação das chuvas irregulares e da escassez hídrica exige respostas adaptativas que considerem as especificidades territoriais e produtivas do Cerrado. A escuta realizada no Laboratório Vivo *Tecelãs do Clima* evidenciou que o fortalecimento da resiliência comunitária passa pela valorização dos saberes locais, pela gestão colaborativa dos recursos naturais e pela ampliação de soluções sustentáveis lideradas por mulheres.

No campo social, os impactos da crise climática recaem de forma desigual. Mulheres agricultoras, catadoras de sementes e lideranças comunitárias enfrentam barreiras históricas de acesso à terra, crédito, assistência técnica e reconhecimento institucional. A invisibilidade dessas mulheres como protagonistas da bioeconomia do Cerrado revela dinâmicas de racismo ambiental e injustiça climática, em que populações racializadas e periféricas são desproporcionalmente expostas aos riscos ambientais sem proteção adequada (Chavis, 1982; Acselrad, 2004).

As atividades produtivas desenvolvidas em Planaltina e Brasília — como agricultura familiar agroecológica, coleta de resíduos recicláveis, produção de fitoterápicos e turismo de base comunitária — representam práticas com alto potencial de impacto socioambiental. No entanto, essas iniciativas enfrentam desafios estruturais, como precarização do trabalho, baixa formalização e restrições ao acesso a instrumentos de apoio técnico e financeiro. As cooperativas de mulheres têm desenvolvido soluções inovadoras de regeneração ambiental, mas ainda enfrentam barreiras à igualdade de gênero, à segurança ocupacional e à valorização dos saberes ancestrais (Silva et al., 2024).

A escuta realizada reforça que as estratégias de enfrentamento à crise climática no Cerrado devem articular conservação ambiental, valorização dos modos de vida tradicionais, adaptação climática comunitária e fortalecimento da inclusão produtiva. A construção de soluções resilientes

passa pelo reconhecimento das mulheres como guardiãs dos territórios e como lideranças da transição ecológica.

A pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*, ao incluir Planaltina e Brasília como territórios de escuta, contribui para ampliar o entendimento sobre os impactos da crise climática no Cerrado e sobre o papel das mulheres da bioeconomia regenerativa como agentes de transformação. No contexto da COP30, essa abordagem se conecta aos marcos internacionais e nacionais — como a Agenda de Ação da COP30, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o marco da Justiça Climática Feminista da ONU Mulheres, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Nacional de Adaptação (PNA) e ao posicionamento institucional do Sebrae na COP30 — reafirmando que a transição ecológica precisa ser territorial, interseccional e liderada por quem vive e transforma o clima todos os dias.

Mobilização e escuta territorial

O grupo ouvido neste Laboratório é composto majoritariamente por famílias assentadas e agricultoras familiares que cultivam alimentos saudáveis, manejam sementes crioulas, conservam nascentes e mantêm saberes tradicionais de cura. A mobilização foi conduzida pelo Instituto Federal de Brasília (IFB) – Campus Planaltina, instituição pública de ensino técnico e superior com forte vocação agrícola e compromisso com a extensão rural e universitária.

Localizado em área rural e cercado por assentamentos da reforma agrária, o IFB mantém um diálogo contínuo com comunidades do entorno, promovendo ações voltadas à agricultura familiar, agroecologia e conservação ambiental. A mobilização teve como ponto de partida o projeto de extensão **"Mulheres Agricultoras e o Uso de Plantas Medicinais"**, coordenado pela professora Viviane Evangelista Abreu, que atua no fortalecimento dos saberes tradicionais e das práticas de cuidado com plantas medicinais do Cerrado. A proposta do laboratório foi apresentada às lideranças do Assentamento Pequeno William, especialmente Adriana Fernandes e Marinalva Araújo, que acolheram e apoiaram a realização do encontro em sua comunidade.

A mobilização envolveu visitas domiciliares realizadas por três estudantes extensionistas do IFB — Natália Leite, Marinalva Araújo e Júlia Aguilar — que convidaram pessoalmente as agricultoras, explicaram os objetivos do encontro e distribuíram materiais informativos. A criação de um grupo de WhatsApp, com vídeos e áudios explicativos, fortaleceu o engajamento e a comunicação com as participantes, respeitando suas preferências por interações orais.

A ação também se estendeu a assentamentos de Brazlândia, com apoio da Cooperativa de Trabalhadores da Reforma Agrária (COOTRA) e do Grupo de Mulheres do MST, ampliando o alcance da escuta. O apoio logístico, especialmente com transporte, foi essencial para garantir a presença das mulheres. No dia do encontro, o ambiente foi marcado por entusiasmo, partilha e desejo de continuidade.

A participação das professoras Paula Petracco, Vânia Pimentel e Rosana Pereira, como conselheiras e colaboradoras, reforçou o caráter interdisciplinar e comunitário da iniciativa. O processo de mobilização se consolidou como uma experiência de construção coletiva, baseada na escuta ativa, no respeito mútuo e na valorização dos saberes agroecológicos das mulheres do Cerrado.

A mobilização foi um diferencial estratégico, tornando o laboratório uma experiência profundamente conectada com os saberes do território, a partir da liderança e articulação da parceria com Barbara Pacheco, cofundadora da Verde Novo — empresa que atua no fortalecimento de coletores de sementes nativas e na restauração ecológica sistêmica. Já todo apoio logístico e estrutural foi liderado e mobilizado pelo Sebrae DF, a partir das equipes técnicas da diretoria, de eventos, e da comunicação.

O laboratório incluiu uma oficina de feitio de garrafadas e demonstração de tinturas, além da apresentação de resultados de pesquisas participativas do IFB sobre o uso de plantas medicinais no Cerrado. Esses momentos permitiram a troca de saberes entre ciência, tradição e prática cotidiana.

Durante o encontro, também foram gravados depoimentos individuais pela equipe de comunicação do Sebrae DF para compor o vídeo *Manifesto Vivo Tecelãs do Clima*, fortalecendo a representatividade das mulheres do Cerrado na construção de narrativas sobre justiça climática. A escuta realizada mapeou impactos das mudanças climáticas vividos pelas participantes, suas respostas comunitárias, propostas de ação e visões de futuro.

Estiveram presentes na ação:

• 73 (setenta e três) Mulheres assentadas e agricultoras familiares da região de Planaltina e entorno (incluindo mães solo e jovens agricultoras).
• Pesquisadoras e professoras do IFB: Viviane, Paula, Vânia e Rosana.
• Rede socioambiental: Bárbara Pacheco (articulação - Verde Novo) e Carol (prevenção de incêndios no Lago Oeste).
• Mestres raizeiras: destaque para Dona Edite (que liderou a oficina de garrafada no local) e a Dona Netinha.
• Estudantes bolsistas: como a Marinalva (Agroecologia, assentada) e aJúlia (técnico em agropecuária).

• Gestora de saúde pública: Sandra, apresentando a experiência da Farmácia Viva de Planaltina (SUS).
• Assessora da Vice-Governadora do Distrito Federal.
• Equipe do Sebrae: Eraldo Santos (Gestor Adjunto da Unidade de Empreendedorismo Feminino, diversidade e inclusão), Gilvany Isaac (Gestora Nacional do Empreendedorismo Sênior) e Mayara Pimentel (Analista Lider COP30 – UEDI – Responsável pelo projeto);
• Equipe do Sebrae DF: Mônica Teixeira, profissionais da comunicação, representante do comitê de sustentabilidade e do programa Sebrae Delas;
• Representante do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP);
• Georgia Cunha (Facilitadora contratada).

Os Temas abordados foram diversos e orgânicos, como:

• **Mudanças climáticas no Cerrado:** perda da previsibilidade das chuvas; veranicos longos; calor extremo que encurta a jornada de trabalho no campo.
• **Biodiversidade em risco:** queda na oferta de frutos nativos (baru, araticum, cagaita), redução de polinizadores relacionada ao uso de agrotóxicos e desmatamento.
• **Queimadas e desmatamento:** assentamentos cercados por monoculturas de soja/milho; aumento do fogo e contaminação por venenos.
• **Água:** secas de nascentes; necessidade de cisternas, tanques e tecnologias sociais de captação de chuva.
• **Saberes e práticas de cura:** chás, garrafadas e tinturas; espécies em destaque — barbatimão, erva-cidreira, capim-santo; conexão entre saber popular e ciência.
• **Protagonismo feminino:** mulheres como guardiãs de sementes, hortos medicinais e redes de cuidado; liderança na adaptação climática.
• **Educação e juventude rural:** baixa integração escola–território; êxodo juvenil por falta de formação contextualizada e oportunidades no campo.
• **Empreendedorismo climático:** restauração ecológica produtiva (sistemas "agrocerratenses"), geração de renda e segurança alimentar com base na Agrobiodiversidade.

Nas vozes das mulheres, no modo em como se expressam há um destaque de falas marcantes:

Clima e produção
• "As sementes nativas já não têm mais o mesmo tempo de colheita."
• "Antes tinha data certa de começar o inverno; hoje não dá mais pra saber."
• "A chuva vem intensa em um lugar e falha em outro; o clima está imprevisível."

• “O calor é tão forte que a gente só consegue trabalhar um turno do dia.”

Água e território
• “As nascentes estão secando; sem cisterna e tanque, a gente fica na mão da estiagem.”
• “O latifúndio seca a terra com soja e veneno; sobra pra gente a fumaça e a devastação.”

Saúde, queimadas e agrotóxicos
• “Já perdi duas vezes tudo para o fogo.”
• “No nosso assentamento já houve mortes por causa dos agrotóxicos.”
• “As doenças respiratórias aumentam na época da queimada.”

Saberes, plantas e fitoterapia
• “Tudo o que a gente precisava pra se cuidar está nas plantas do Cerrado.”
• “O barbatimão não pode faltar na vida de uma mulher.”
• “Com chá e garrafada muita gente sobreviveu, é saber antigo que ainda cura.”

Gênero e juventude
• “Se não fosse a mulher agricultora, a agricultura familiar não existiria.”
• “Onde tem mulher, tem Cerrado em pé.”
• “A juventude sonha com a terra, mas não encontra apoio; a escola não fala do nosso bioma.”

Foram identificados desafios, mas também propostas de soluções:

Desafios identificados
• **Climáticos** — Chuvas irregulares, veranicos prolongados e calor extremo tornam o plantio imprevisível, afetando sementes crioulas e coleta de frutos nativos (baru, araticum, cagaita).
• **Estruturais** — Assentamentos cercados por monoculturas enfrentam fogo, desmatamento e pulverização; falta infraestrutura hídrica (cisternas, tanques) e segurança fundiária plena.
• **Econômicos** — Dificuldade de financiamento para tecnologias sociais de água e práticas agroecológicas; custo elevado inviabiliza adoção em escala comunitária.
• **Produtivos** — Barreiras técnicas/legais para notificação de fitoterápicos; ausência de assessoria farmacêutica contínua limita qualidade, segurança e alcance.
• **Geracionais** — Escolas com currículos urbanos; desestímulo à permanência da juventude no campo; ruptura da transmissão de saberes.
• **Saúde e ambiente** — Queimadas e agrotóxicos agravam doenças respiratórias e contaminam água, solo e alimentos; declínio de polinizadores compromete produção e biodiversidade.

Propostas levantadas

• **Pagamento por serviços ambientais** — Remuneração a comunidades que preservam água, solo e agrobiodiversidade (com foco nas mulheres guardiãs).
• **Democratização do acesso à terra e à água** — Programas de cisternas e tanques de captação de chuva como prioridade urgente.
• **Educação contextualizada** — Currículos rurais com agroecologia, saberes tradicionais e adaptação climática; programas de juventude para permanência no território.
• **Restauração ecológica produtiva** — Sistemas agrocerratenses e agroflorestais conciliando espécies nativas, produção de alimentos e renda.
• **Fitoterapia no SUS** — Fortalecer/expandir Farmácias Vivas, com apoio técnico e integração plena à atenção primária.
• **Economia circular comunitária** — Redes de troca e cooperativas para reduzir custos e fortalecer mercados locais.
• **Apoio técnico especializado** — Presença regular de farmacêuticos,agrônomos e extensionistas para qualificar produção agroecológica e fitoterápica.
• **Protagonismo feminino** — Políticas que priorizem projetos liderados por mulheres, garantindo reconhecimento e investimento continuado.

Na Visão de futuro, em seus sonhos as mulheres projetam um Cerrado vivo, regenerado e produtivo, com água protegida, solos férteis e biodiversidade cuidada. A restauração ecológica produtiva deixa de ser exceção e se torna base do (des)envolvimento local, unindo conservação e renda digna. A juventude permanece no campo, com escolas que valorizam o bioma e articulam ciência e tradição. A produção de fitoterápicos é regulamentada, qualificada e integrada ao SUS, ampliando o alcance da saúde popular.

O protagonismo feminino é reconhecido como condição para o futuro, e esse registro ficou marcado em vários momentos coletivos de grito de paz: “onde tem mulher, tem Cerrado em pé”. As falas também reafirmaram a importância da continuidade intergeracional: “Sonho que nossos filhos conheçam o Cerrado como nós conhecemos, cheio de frutos, águas e vida.” O encontro encerrou com uma roda de palavras finais e colheita de depoimentos gravados.

Economia Azul

Pelotas, situada no extremo sul do Rio Grande do Sul, foi o território escolhido para representar o bioma costeiro e lagunar na pesquisa *Tecelãs do Clima*, com foco na abordagem da **bioeconomia azul**. Inserida na região

da Lagoa dos Patos e do Canal São Gonçalo, a cidade abriga comunidades pesqueiras tradicionais, como a Colônia Z3 e o Pontal da Barra, que atuam na interface entre conservação ambiental, pesca, economia circular e empreendedorismo feminino.

As alterações ambientais observadas na região não são recentes. A elevação do nível do mar, a salinização dos solos, a perda de biodiversidade aquática e a intensificação de eventos extremos — como enchentes e tempestades — comprometem a estabilidade dos ecossistemas e a segurança das comunidades. A degradação das áreas úmidas, a especulação imobiliária e a limitação de planejamento urbano agravam os riscos e fragilizam os mecanismos naturais de proteção (Oliveira; Rehbein, 2022).

A recorrência de enchentes em Pelotas, intensificada pelas mudanças no regime de chuvas e pela impermeabilização do solo urbano, exige abordagens urgentes de adaptação climática. Estudos apontam que o município está entre os mais vulneráveis a eventos hidrológicos extremos, especialmente nas áreas ribeirinhas e periféricas. A escuta realizada no Laboratório Vivo *Tecelãs do Clima* evidenciou que as mulheres da região enfrentam desafios complexos, mas também lideram soluções inovadoras que conectam sustentabilidade, cultura e geração de renda.

No campo social, os efeitos da crise climática recaem de forma desigual, revelando dinâmicas de injustiça ambiental e racismo ambiental. As comunidades pesqueiras, muitas vezes invisibilizadas, enfrentam dificuldades históricas de acesso à água potável, energia elétrica, transporte público e reconhecimento territorial. A Colônia Z3, por exemplo, tem relatado impactos diretos sobre a pesca artesanal, a saúde das águas e a segurança alimentar das famílias. Já o Pontal da Barra, apesar de ser uma área de preservação permanente, sofre com o isolamento terrestre em períodos de alta pluviosidade e com narrativas que deslegitimam sua ocupação tradicional.

A escuta revelou que as mulheres da Z3 e do entorno lideram práticas de economia circular e bioeconomia azul, transformando resíduos da pesca em produtos artesanais e soluções criativas de geração de renda. O protagonismo feminino se manifesta na organização comunitária, na criação de redes de apoio e na proposição de estratégias adaptativas que integram saberes tradicionais, inovação produtiva e cuidado com o território.

A pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*, ao incluir Pelotas como território de escuta, contribui para ampliar o entendimento sobre os impactos da crise climática nas zonas costeiras e sobre o papel das mulheres da bioeconomia azul como agentes de transformação. No contexto da COP30, essa abordagem se conecta aos marcos

internacionais e nacionais — como a Agenda de Ação da COP30, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o marco da Justiça Climática Feminista da ONU Mulheres, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o Plano Nacional de Adaptação (PNA) e ao posicionamento institucional do Sebrae na COP30 — reafirmando que a transição ecológica precisa ser costeira, interseccional e liderada por quem vive e transforma o clima todos os dias.

Mobilização e escuta territorial

A mobilização teve como foco a escuta ativa de mulheres da comunidade pesqueira tradicional, profundamente impactada pelas mudanças climáticas. A estrutura do encontro foi pensada para valorizar os saberes locais e a experiência das artesãs do Projeto Redeiras, referência nacional em economia circular e bioeconomia azul. A ação contou com o apoio do Sebrae RS e envolveu demonstrações práticas do reaproveitamento de redes de pesca, escamas e couro de peixe, transformados em acessórios e peças artesanais.

A metodologia aplicada combinou roda de diálogo com escuta profunda, depoimentos gravados para o Manifesto Vivo Tecelãs do Clima e trocas sobre os impactos das enchentes, a redução da pesca e a contaminação das águas. As participantes, mulheres entre 50 e 85 anos, compartilharam suas vivências como pescadoras, cuidadoras e líderes comunitárias, revelando estratégias de adaptação e resistência frente à imprevisibilidade ambiental. A capacitação de mulheres mais jovens também foi destacada como ação de continuidade e fortalecimento do protagonismo feminino na comunidade.

O laboratório evidenciou a conexão entre justiça climática, vulnerabilidade e bioeconomia azul, mostrando como as mulheres da Z3 transformam resíduos em renda, saber em resistência e território em potência. A escuta revelou não apenas os impactos vividos, mas também propostas concretas para o futuro, reafirmando o papel das mulheres como guardiãs do mar e da cultura pesqueira.

Estavam presentes:

Apoio Local: Susana Dias Ströher (Gerência de Competitividade Setorial e Sebrae Delas), Andréia Siegert dos Santos (Gerência Regional Sul) e Alvaro Fosseti (Gestor de Bioeconomia Azul RS)

Participantes: Adriana Xavier Sabino, Diva Francisca da Rosa, Eliani Aires Ferreira, Flávia Silveira Pinto, Karine Portela Soares, Mari Ângela Motta Lima (Zuca), Rosani Schiller (Nica), Vilma Palins, Viviane Ramos.

Temas abordados

- **Mudanças climáticas e pesca artesanal:** têm impactado diretamente a rotina das pescadoras e pescadores, alterando os ciclos naturais, reduzindo a disponibilidade de espécies e intensificando eventos extremos como enchentes e estiagens. Esses fenômenos afetam não apenas a produção, mas também a segurança alimentar e a renda das famílias que dependem da pesca como principal atividade econômica. O maior motivo que levou pescadoras a se tornarem artesãs.
- **Economia circular e bioeconomia azul:** A valorização do reaproveitamento de materiais, como redes de pesca descartadas, e a transformação de resíduos em insumos produtivos, conecta inovação com sustentabilidade.
- **Processo artesanal das Redeiras:** Um exemplo emblemático, mulheres que confeccionam e reparam redes de pesca, muitas vezes invisibilizadas nas estatísticas, mas fundamentais para a manutenção da atividade pesqueira. Seu trabalho, além de técnico, carrega saberes ancestrais e práticas de cuidado com o território.
- **Impactos das enchentes:** cada vez mais frequentes e intensas, têm revelado a vulnerabilidade das comunidades costeiras e ribeirinhas, especialmente das mulheres, que acumulam funções produtivas e reprodutivas. A perda de equipamentos, moradias e infraestrutura básica compromete a continuidade das atividades econômicas e acentua desigualdades já existentes.
- **Protagonismo feminino:** o **protagonismo feminino** se manifesta na organização comunitária, na criação de redes de apoio e na proposição de soluções adaptativas, como hortas comunitárias, bancos de sementes e sistemas de alerta precoce.
- J**ustiça climática e vulnerabilidade:** As mulheres das águas, muitas vezes excluídas dos processos decisórios, são também as mais afetadas pelas injustiças ambientais.

Falas marcantes das artesãs pescadoras:
"A gente passou por muito medo, mas ainda não sabe o que vem pela frente."
"Sonho com uma lagoa farta e salgada, cheia de vida."
"O governo precisa olhar mais pra gente, pescador sofre demais."
"Aqui é terra de gente humilde, mas com muito valor."
"A enchente levou tudo, até as marcas da água mudaram."
"A rede precisa ser lavada com cuidado, senão endurece e não dá pra trabalhar."
"Nada se perde, tudo vira arte — até os pedaços menores viram chaveiros e colares."

Foram identificados e listados os Desafios e propostas:

Desafios identificados:

- Redução da pesca e enchentes recorrentes
- Escassez de redes descartadas
- Falta de apoio governamental
- Ausência de infraestrutura preventiva
- Informalidade dos empreendimentos

Propostas levantadas:

- Formalização dos empreendimentos informais
- Capacitação técnica e apoio à inovação artesanal
- Políticas públicas específicas para pescadores e artesãs costeiras
- Fortalecimento da economia circular com foco em resíduos da pesca
- Reconhecimento da bioeconomia azul como estratégia de justiça climática

As mulheres da Z3 sonham com uma lagoa viva, com peixes abundantes e um território protegido. Desejam que suas artes sejam reconhecidas como expressão de resistência e sustentabilidade. Visualizam uma comunidade com infraestrutura adequada, políticas públicas inclusivas e continuidade geracional do saber tradicional. **O protagonismo das Redeiras é um exemplo da regeneração costeira e da construção de uma bioeconomia azul justa, inclusiva e resiliente.**

Amazônia

A Ilha do Marajó, situada na foz do rio Amazonas, é um território emblemático para compreender os efeitos das mudanças climáticas na Amazônia. Os municípios de **Breves** e **Ponta de Pedras**, incluídos como territórios de escuta na pesquisa participativa *Tecelãs do Clima*, revelam realidades contrastantes que ilustram a complexidade socioambiental da região: enquanto Ponta de Pedras apresenta maior integração econômica e acesso a políticas públicas, Breves enfrenta isolamento geográfico severo, altos índices de vulnerabilidade social e dificuldades acentuadas de acesso a direitos essenciais.

Trata-se de uma região marcada por vulnerabilidades históricas, sociais e ecológicas que a tornam especialmente suscetível às transformações do clima. O uso intensivo do solo, a pressão sobre os ecossistemas e práticas de exploração desordenada vêm modificando a paisagem há séculos. Esses processos fragilizaram os mecanismos naturais de proteção, aumentando a ocorrência de erosão, enchentes, perda de biodiversidade e instabilidade

hídrica. Com o agravamento do aquecimento global, esses impactos tornam-se mais frequentes e severos (Singh et al., 2022).

A escuta na Amazônia foi desenhada com maior intensidade e profundidade, tanto em número de participantes quanto na diversidade temática abordada. Essa decisão estratégica se justifica pelo papel central da região como **vitrine internacional da COP30**, além de sua relevância ambiental e simbólica para a agenda climática global.

A Amazônia concentra **estigmas históricos que afetam diretamente as mulheres**, especialmente em comunidades ribeirinhas, quilombolas e periféricas. O laboratório vivo teve como objetivo ampliar o entendimento sobre esses desafios e **desmistificar narrativas que reduzem essas mulheres à condição de vulnerabilidade**, reconhecendo suas práticas como soluções regenerativas e inovadoras, com impacto direto na sustentabilidade dos territórios.

No campo social, os efeitos das emergências climáticas recaem de forma desigual. Crianças, comunidades ribeirinhas e populações tradicionais estão entre os grupos mais atingidos. A falta de políticas públicas consistentes, somada à negligência histórica do Estado, aprofunda desigualdades e compromete direitos básicos. Nesse contexto, ganha relevância o conceito de justiça climática, que relaciona a crise ambiental às desigualdades sociais e raciais, permitindo entender que as mudanças do clima não atingem a todos da mesma forma.

A pesquisa participativa *Tecelãs do Clima* revelou que mulheres marajoaras — agricultoras, ribeirinhas, parteiras, catadoras e artesãs — enfrentam múltiplas camadas de vulnerabilidade, mas também sustentam redes de cuidado, práticas regenerativas e saberes ancestrais que operam como soluções climáticas. A escuta realizada nos dois municípios foi estruturada em rodas de conversa temáticas, que abordaram causas, consequências e propostas de ação, com destaque para:

- **Emergências climáticas e resiliência comunitária;**
- **Racismo ambiental e estigmas sociais;**
- **Violências estruturais e justiça climática;**
- **Protagonismo feminino e justiça econômica.**

As falas das participantes evidenciam que a crise climática não é apenas ambiental — é também uma crise de justiça social, que penaliza desproporcionalmente mulheres negras, indígenas e ribeirinhas. Ao mesmo tempo, essas mulheres constroem caminhos de resistência e regeneração a partir de seus territórios, saberes e práticas cotidianas.

A inclusão da Ilha do Marajó na pesquisa *Tecelãs do Clima* contribui para ampliar o entendimento sobre os impactos da crise climática na Amazônia

e sobre o papel das mulheres como agentes de transformação. No contexto da COP30, essa abordagem se conecta aos marcos internacionais e nacionais — como a Agenda de Ação da COP30, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, o marco da Justiça Climática Feminista da ONU Mulheres, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e o Plano Nacional de Adaptação (PNA) — reafirmando que a transição ecológica precisa ser amazônica, interseccional e liderada por quem vive e transforma o clima todos os dias.

Diante desse cenário, é fundamental que as respostas às emergências climáticas no Marajó articulem preservação ambiental, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento dos direitos socioambientais e enfrentamento do racismo ambiental. Isso só será possível se as comunidades locais forem reconhecidas como protagonistas na formulação de soluções que unam equidade, justiça e sustentabilidade.

Para realização do laboratório vivo Tecelãs do Clima nesta região, as ações foram divididas em dois agrupamentos:

- **Município de Ponta de Pedras**, que possui maior integração econômica e territorial, com melhor acesso a políticas públicas e infraestrutura básica. Durante quatro dias de atividades, o Lab reuniu 78 mulheres, distribuídas entre cinco comunidades representativas:
    - Comunidade Ribeirinha de Paruru (14 participantes);
    - Comunidade de Praia Grande (19 participantes);
    - Comunidade de Santana – Quilombolas (22 participantes);
    - Comunidade de Mangabeiras (18 participantes);
    - Comunidade do Rio Canal (5 participantes)

- **Município de Breves**, que enfrenta isolamento geográfico mais severo, altos índices de vulnerabilidade social e dificuldades acentuadas de acesso a direitos essenciais. Durante o período de execução, foram realizados seis encontros presenciais, totalizando 110 mulheres participantes, distribuídas entre os seguintes grupos:
    - Mulheres Agricultoras da Cooperativa CAFAR (17 participantes);
    - Mulheres Ribeirinhas da Cooperativa COOPEDIC (17 participantes);
    - Parteiras Tradicionais (24 participantes);
    - Mulheres Catadoras de Recicláveis – Lixão (21 participantes);
    - Mulheres Artesãs (14 participantes); Mulheres Empreendedoras (16 participantes)

Essa divisão evidencia as profundas desigualdades internas do arquipélago e orienta a adoção de estratégias diferenciadas de atuação e escuta. A escolha de Breves e Ponta de Pedras como polos do Lab Marajó é, portanto, estratégica e simbólica. Esses municípios representam realidades contrastantes do arquipélago: Ponta de Pedras, no Marajó I, é um território com maior acesso a serviços e experiências de mobilização feminina voltadas à capacitação e prevenção da violência; enquanto Breves, no Marajó II, concentra desafios mais intensos de vulnerabilidade social, mas também fortes redes de solidariedade e protagonismo das mulheres ribeirinhas. Essa dupla escolha permite abranger diferentes contextos socioterritoriais, garantindo que as vozes femininas do Marajó sejam ouvidas de forma ampla e plural.

Essa região também teve um diferencial na metodologia dividindo os diálogos em duas rodadas de conversa:

- **Rodada 1:** causas e consequências dos problemas, relacionando-os a racismo ambiental, desigualdade climática, estigmas sociais e barreiras ao empreendedorismo feminino.
- **Rodada 2:** debate de possíveis soluções a partir das próprias vivências e saberes, valorizando práticas sustentáveis e inovação feminina.

Para apoiar o diálogo, foram utilizados cards ilustrados e perguntas provocativas, facilitando a participação de todas, inclusive daquelas com baixo letramento. Ao final, o conjunto das discussões permitiu identificar desafios, oportunidades e lições aprendidas, fortalecendo o protagonismo feminino e a construção de caminhos coletivos para superar vulnerabilidades locais e ambientais

Dados das 2 Rodadas – Causas, consequências e soluções:

Emergências Climáticas e Resiliência

Causas sugeridas:
1.Enchentes e secas intensificadas pela crise climática.
2.Erosão e desmoronamento de casas e plantações.
3.Falta de políticas públicas de prevenção e resposta.
4.Infraestrutura precária para armazenar alimentos e produtos.
5.Dependência de atividades vulneráveis ao clima (pesca, agricultura, extrativismo).

Consequências sugeridas:
1.Perda de renda e sustento das famílias.
2.Aumento do endividamento das empreendedoras.
3.Interrupção de negócios femininos.
4.Insegurança alimentar, atingindo crianças e idosos.

5.Deslocamento forçado de famílias e maior pobreza comunitária.

Soluções sugeridas:

1.Apoio emergencial rápido do governo em cheias e secas.
2.Técnicas de cultivo e pesca adaptadas às mudanças climáticas.
3.Espaços comunitários seguros para armazenar alimentos e produtos.
4.Valorização dos saberes das mulheres sobre floresta, água e solo.
5.Redes de solidariedade entre mulheres para agir em momentos de crise

Racismo Ambiental e Estigmas

Causas sugeridas:

1.Preconceito contra mulheres negras, indígenas e ribeirinhas.
2.Desvalorização dos produtos feitos por mulheres locais.
3.Estigmatização das mulheres do Marajó como “menos capazes”.
4.Falta de apoio político e comunitário.
5.Exclusão nos debates sobre meio ambiente e clima.

Consequências sugeridas:

1.Produtos femininos com menor valor de mercado.
2.Desânimo e abandono de empreendimentos.
3.Vergonha e invisibilidade social das mulheres.
4.Menor participação em espaços coletivos e políticos.
5.Reforço das desigualdades raciais e de gênero.

Soluções sugeridas:

1.Campanhas de valorização da mulher marajoara e de seus produtos.
2.Ações afirmativas para garantir igualdade de oportunidades.
3.Feiras locais que destacam o trabalho das mulheres negras e indígenas.
4.Formação de lideranças femininas para enfrentar o racismo ambiental.
5.Inclusão das vozes femininas nas políticas ambientais e de mercado

Violências Estruturais e Justiça Climática

Causas sugeridas:

1.Violência de gênero agravada em situações de crise climática.
2.Estigmas contra quem denuncia abusos ou desigualdades.
3.Falta de proteção em feiras, pontos de venda e deslocamentos.
4.Ausência de informação sobre direitos e canais de denúncia.
5.Invisibilidade das mulheres em políticas de adaptação climática.

Consequências sugeridas:

1.Medo de circular ou empreender em espaços públicos.
2.Silêncio diante das violências por falta de apoio.
3.Enfraquecimento das redes comunitárias de mulheres.
4.Afastamento da vida econômica e política.
5.Perda de autoestima e maior vulnerabilidade social

Soluções sugeridas:
1.Criação de espaços seguros em feiras, mercados e abrigos.
2.Informação acessível sobre direitos e canais de denúncia.
3.Redes de apoio entre mulheres para enfrentar a violência.
4.Campanhas comunitárias de respeito e valorização das mulheres.
5.Inclusão da pauta da proteção feminina em planos de adaptação climática

Protagonismo Feminino e Justiça Econômica

Causas sugeridas:
1.Poucas mulheres em cargos de liderança comunitária.
2.Barreiras de acesso a crédito e programas públicos.
3.Falta de incentivo para jovens mulheres permanecerem no território.
4.Pouca união entre grupos e coletivos femininos.
5.Invisibilidade dos saberes tradicionais das mulheres.

Consequências sugeridas:
1.Dependência financeira de maridos ou parentes.
2.Negócios pequenos, informais e isolados.
3.Migração de jovens em busca de oportunidades.
4.Desvalorização da sabedoria feminina local.
5.Pouca influência das mulheres nas decisões sobre clima e desenvolvimento.

Soluções sugeridas:
1.Mulheres ocupando cargos de liderança em associações e conselhos locais.
2.Facilitar o acesso das empreendedoras a crédito e assistência técnica.
3.Cursos e capacitações adaptados à realidade local e intergeracional.
4.Fortalecimento de associações e coletivos femininos.
5.Resgate e valorização da sabedoria tradicional feminina como inovação

As falas foram marcantes por muitos motivos, e o vídeo produzido pelo Instituto Mondó para o Sebrae retrata essa profundidade: https://www.youtube.com/watch?v=dLvyuC1PBrw .

Abaixo registramos algumas falas neste documento:
“Eles fazem desmatamento ilegal, isso acontece muito, aqui? Tem muito...”
“Em relação, por exemplo, a nosso pescado tem consequências ruins com a poluição dos rios causado por combustíveis, plásticos e outras coisas. E a gente sente!”
“Tem uma amiga lá na frente de casa, que ela nem pode sair na porta, mas não é por preconceito dela sair, é porque o marido não deixa.”
“Ciúme é muito doentio, a gente vê que ela corre lá pra casa, mas eu não posso ajudar ela.”

"A gente preciso do aterro sanitário da nossa cidade, que sai do meio da nossa cidade, que a gente está no meio, isso está nos prejudicando muito. Então que haja uma usina de reciclagem dentro da nossa cidade, que haja fortalecimento e criação das associações e cooperativas do lixo, para tratar melhor nosso lixo. Ainda gerar renda."
"...cada vez mais é visível a poluição de nossos rios."
"Eu fico triste quando eu vejo, assim..., aquele *fogaral* na mata."

Essas vozes revelam não apenas os impactos ambientais vividos pelas mulheres da Amazônia, mas também os desafios sociais, econômicos e culturais que atravessam seus territórios. Ao serem registradas no vídeo manifesto e neste documento, **essas falas reforçam a urgência de integrar justiça climática, equidade de gênero e inclusão produtiva nas estratégias de desenvolvimento sustentável voltadas à região.**

5. Empreendedorismo Climático Feminino

a. Definição, práticas e impactos

O empreendedorismo climático é uma prática emergente que articula inovação, impacto socioambiental e compromisso com a transição para uma economia de baixo carbono. Trata-se de negócios de impacto que atuam diretamente na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, por meio de soluções sustentáveis, regenerativas e inclusivas. Quando associado ao recorte de gênero, esse campo reconhece o protagonismo das mulheres — especialmente aquelas em territórios vulnerabilizados — como agentes centrais da transformação ecológica, econômica e social.

No contexto da escuta participativa realizada pelo Sebrae Nacional, por meio das Oficinas e Labs Vivos Tecelãs do Clima o conceito de empreendedorismo climático feminino ganha corpo e território. As mulheres que participaram desses processos não apenas enfrentam os impactos da crise climática, mas também lideram práticas regenerativas, redes de cuidado, soluções adaptativas e modelos de negócio sustentáveis. Seus saberes — ancestrais, comunitários, técnicos e inovadores — são ativos estratégicos para a construção de uma transição justa.

A partir dessa escuta, o Sebrae entende que **fortalecer o empreendedorismo climático com recorte de gênero, não apenas uma ação pontual, deve ser uma estratégia estruturante de (des)envolvimento nacional**, que contribui para:

- **Redistribuir oportunidades econômicas e tecnológicas**, ampliando o acesso de mulheres a crédito verde, certificações ESG e mercados de carbono.

- **Reconhecer saberes ancestrais e inovadores**, valorizando práticas agroecológicas, soluções baseadas na natureza e tecnologias sociais.
- **Reparar desigualdades históricas**, promovendo inclusão produtiva e justiça climática interseccional.
- **Representar vozes femininas nas decisões sobre o futuro do planeta**, garantindo participação efetiva em políticas públicas e espaços de governança climática.

Essa abordagem está alinhada às quatro dimensões da **Justiça Climática Feminista** propostas pela ONU Mulheres: **Reconhecimento, Redistribuição, Representação e Reparação**. O empreendedorismo climático feminino, portanto, não é apenas uma resposta à crise — é uma proposta de futuro.

b. Dados da pesquisa nacional PIPE 2024

A pesquisa nacional realizada pela Pipe.Social em 2024, em parceria com o Sebrae, OEI e MEMP, mapeou 418 negócios de impacto climático e mais de 8 mil empreendedores em todo o país. Os dados revelam tendências relevantes para o fortalecimento do empreendedorismo climático com recorte de gênero, especialmente no contexto da COP30.

O conceito de **empreendedorismo climático** adotado nesta pesquisa tem sido referência para o Sebrae na construção de estratégias voltadas à transição justa. Ao incorporar o recorte feminino, o Sebrae reconhece que as mulheres empreendedoras — especialmente em territórios vulnerabilizados — lideram soluções regenerativas, práticas sustentáveis e modelos de negócio alinhados à nova economia verde.

Segundo os dados da PIPE, 39% dos negócios climáticos mapeados têm liderança feminina ou mista, com destaque para cooperativas e associações em territórios indígenas e tradicionais. Embora esse número revele uma certa invisibilidade das mulheres no ecossistema de impacto climático, ele **se assemelha à realidade do empreendedorismo feminino tradicional no Brasil**, conforme dados do portal Data Sebrae. Essa convergência reforça a necessidade de ampliar o reconhecimento, o apoio técnico e o acesso a instrumentos financeiros para empreendedoras que atuam com soluções sustentáveis.

Outros dados relevantes da pesquisa PIPE incluem:

- **41%** dos empreendedores climáticos são indígenas, evidenciando a força dos saberes ancestrais na construção de soluções ambientais;

- **64%** dos negócios atuam com consumo e produção responsáveis, e 53% diretamente com ação climática, alinhando-se aos ODS da ONU;
- **33%** das soluções estão no setor de gestão de resíduos, seguido por florestas e uso do solo (16%) e agropecuária (15%);
- **61%** dos negócios utilizam freelancers, e 40% têm até cinco pessoas contratadas, revelando a predominância de microempreendimentos com alto potencial de impacto;
- **46%** já receberam algum tipo de financiamento, mas 50% ainda estão em busca de recursos, evidenciando a necessidade de apoio técnico e financeiro.

Esses dados reforçam a importância de consolidar o empreendedorismo climático com recorte de gênero como uma frente estratégica permanente no Sebrae, conectando inovação social, inclusão produtiva e sustentabilidade nos territórios.

c. **Contribuições para a transição ecológica e inclusão produtiva**

O Sebrae reconhece em seus documentos que **não há transição ecológica possível sem equidade de gênero**. As mulheres empreendedoras, especialmente aquelas em contextos periféricos, rurais e tradicionais, estão na linha de frente da adaptação climática, da regeneração ambiental e da inovação social. Seus negócios não apenas geram renda, mas também promovem conservação, resiliência e justiça.

A atuação do Sebrae na agenda climática está fundamentada em compromissos institucionais que reconhecem a centralidade da sustentabilidade, da diversidade e da inclusão produtiva como pilares estratégicos para o desenvolvimento nacional. No documento **Posição do Sebrae na COP30**, a organização afirma que:

> **"A transição climática justa só é possível com a inclusão dos pequenos negócios."**
> *(Posição do Sebrae na COP30, p. 5)*

Esse compromisso é ampliado no eixo estratégico "Empreendedorismo feminino, diverso e inclusivo" (p. 15), que destaca o papel das mulheres como agentes de transformação na economia verde. O Sebrae reconhece que empresas lideradas por mulheres tendem a incorporar práticas sustentáveis com maior frequência, contribuindo para a mitigação dos impactos ambientais e para a geração de soluções inovadoras com impacto social.

Nesse sentido, podemos dizer que o **empreendedorismo climático feminino** é:
Uma prática empreendedora que integra soluções econômicas, ambientais e sociais, lideradas por mulheres, com foco na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, na regeneração dos territórios e na promoção da equidade de gênero como eixo estruturante da transição justa.

No documento Sebrae **Planejamento DAF 2025–2026**, esse posicionamento institucional é traduzido em metas concretas. O objetivo **"Tornar a Sustentabilidade e a Diversidade o Coração das Operações do Sebrae"** orienta ações voltadas à ampliação da representatividade de grupos sub-representados, ao fortalecimento de negócios liderados por mulheres e à integração da diversidade como ativo estratégico. Entre os indicadores previstos estão:

- **65% de cobertura de atendimento a clientes de grupos sub-representados até 2026**
- **80% de negócios liderados por pessoas de grupos sub-representados até 2026**
- **Aumento da representatividade de pessoas negras no Sebrae Nacional em 10% até dezembro de 2026**
- **Representatividade mínima de 40% por gênero nos cargos de liderança até dezembro de 2026**

Esses compromissos demonstram que a inclusão produtiva não é apenas uma diretriz institucional, mas uma estratégia de mercado que posiciona o Sebrae como agente catalisador da transição ecológica. Ao integrar diversidade, sustentabilidade e inovação nos seus programas, o Sebrae fortalece o ecossistema empreendedor brasileiro e contribui para uma economia mais resiliente, ética e competitiva.

Compreendemos que as práticas ESG e o letramento climático passam a ser transversal no fomento empreendedor dos públicos sub-representados com objetivo de agregar valor, transformar realidades e trazer seus negócios a vanguarda da sustentabilidade no mercado.

Ao transformar vulnerabilidade em potência empreendedora, o Sebrae reafirma seu papel como articulador de soluções que nascem dos territórios, são referências para um novo modelo de desenvolvimento que une justiça ambiental, inclusão socioprodutiva e sustentabilidade, e se projetam como caminhos para um futuro mais justo, verde, plural e inclusivo.

O Sebrae, como principal agente de apoio aos pequenos negócios no Brasil, celebra o compromisso de fomentar uma nova geração de empreendimentos que sejam sustentáveis, inclusivos e resilientes ao clima.

O projeto Empreendedorismo Climático com recorte de Gênero se consolida ao entrar no Plano Anual 2026 do Programa Plural através do novo tema indutor (7.5) do Programa: ESG para Diversidade, gerido e executado pela Unidade Empreendedorismo Feminino, Diversidade e Inclusão - UEDI, do Sebrae Nacional.

O propósito é institucionalizar o empreendedorismo climático com recorte de gênero como uma frente de atuação do Sebrae, gerando impacto real na vida das mulheres e nos territórios onde atuam.

6. ANÁLISE COMPARATIVA DOS DESAFIOS E PROPOSTAS POR BIOMA

A metodologia de Pesquisa Participativa (*Living Lab*) foi desenhada exatamente para mapear as barreiras e identificar as soluções propostas pelas próprias mulheres empreendedoras.

Abaixo, apresentamos a Análise Comparativa dos Desafios e Propostas, seguida pela Tabela Analítica, com base nos conteúdos extraídos dos territórios: Caatinga (Quilombo Santa Ana - PE), Mata Atlântica (Várzea - PE), Cerrado (Planaltina - DF), Bioeconomia Azul (Pelotas - RS) e Amazônia (Arquipélago do Marajó - PA).

A jornada dos Laboratórios Vivos Tecelãs do Clima revelou que, embora cada bioma enfrente problemas ambientais específicos (desertificação na Caatinga, inundações urbanas na Mata Atlântica, escassez hídrica no Cerrado e cheias costeiras na Bioeconomia Azul/Amazônia), há uma convergência de **desafios estruturais** que afetam o empreendedorismo feminino em contextos de crise climática: a falta de acesso à terra, a ausência de infraestrutura resiliente, a invisibilidade institucional e o **racismo ambiental**.

A análise comparativa demonstra que as mulheres, reconhecidas pelo Sebrae como **produtoras de conhecimento climático**, respondem a esses desafios com soluções baseadas no **reconhecimento, na redistribuição, na representação e na reparação**, alinhadas à Justiça Climática Feminista da ONU Mulheres.

a. Convergência de barreiras estruturais e climáticas

A partir de uma observação que direciona a um ponto comum listamos os principais desafios mapeados transversalmente nos cinco laboratórios vivos e seus territórios:

1. **Imprevisibilidade Climática e Perda de Saberes:** Em todos os territórios rurais/tradicionais (Caatinga, Cerrado, Marajó), as mulheres relataram a perda da previsibilidade das chuvas e ciclos naturais, o que compromete práticas agrícolas ancestrais ("As experiências já não estão mais valendo").

2. **Infraestrutura e Segurança Hídrica/Territorial:** A falta de infraestrutura adequada (cisternas, tanques de água no Cerrado; saneamento na Mata Atlântica; proteção contra enchentes no Marajó e Bioeconomia Azul) é um fator limitante direto para a permanência e a produção nos territórios.

3. **Injustiça Racial e Econômica:** O racismo e a injustiça ambiental são estruturantes, expondo populações negras e pardas (Caatinga, Mata Atlântica, Marajó) aos maiores riscos. Isso se traduz na **desvalorização dos produtos femininos** e na dificuldade de acesso a crédito e financiamento adequado à realidade local.

4. **Êxodo Juvenil e Ruptura Geracional:** A falta de oportunidades e a ausência de educação contextualizada (currículos urbanos no Cerrado) ameaçam a transmissão dos saberes ancestrais e o futuro das comunidades.

Já a convergência de propostas agrega soluções tecidas pelas mulheres em diferentes territórios que revelam um caminho estratégico comum para a transição justa:

1. **Reconhecimento e Valorização dos Saberes:** É uma demanda central em todos os Labs que os saberes ancestrais (práticas de cura no Cerrado, cuidado com a terra na Caatinga, fitoterápicos na Mata Atlântica, artesanato na Bioeconomia Azul) sejam reconhecidos como **tecnologias de sobrevivência e inovação**.

2. **Integração Social e Econômica com o SUS:** Há uma forte demanda por políticas de integração da **Fitoterapia no SUS** na Mata Atlântica e no Cerrado, reconhecendo o protagonismo feminino na saúde comunitária.

3. **Mecanismos Financeiros Inclusivos:** O pedido por **Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)** é citado na Mata Atlântica e no Cerrado, com foco em remunerar as mulheres guardiãs. A formalização e o apoio à inovação de empreendimentos informais são vitais na Bioeconomia Azul.

4. **Liderança Feminina e Representação:** Em todos os territórios, a solução passa pelo fortalecimento de associações e coletivos femininos e pela garantia de que as mulheres ocupem **cargos de liderança** em espaços de decisão sobre o clima e desenvolvimento.

b. Análise Transversal e Recomendações Estratégicas

A tabela abaixo sintetiza os principais desafios identificados e as propostas de soluções levantadas pelas empreendedoras em cada Laboratório Vivo, conforme a escuta participativa do Sebrae.

Bioma / Território	Principais Desafios Climáticos e Estruturais	Propostas de Solução (Caminhos de Transformação)
CAATINGA	**Vulnerabilidade Climática:** Perda da previsibilidade das chuvas e ciclos lunares; Seca severa e risco de desertificação.	**Reconhecimento e Cultura:** Valorização dos saberes ancestrais como tecnologia de sobrevivência. **Sustentabilidade:** Pre servação da vegetação nativa (árvores que "chamam a chuva").
	Injustiça Ambiental: Impactos de parques eólicos (poluição sonora, desterritorialização). **Socia l:** Êxodo da juventude e risco de ruptura na transmissão cultural.	**Economia:** Fortalecimento da caprinocultura sustentável. **Liderança:** Apoio às mulheres quilombolas como guardiãs do bioma e da saúde comunitária.
MATA ATLÂNTICA	**Climáticos Urbanos:** Chuvas intensas, enchentes frequentes em áreas antes seguras, calor extremo.	**Políticas Ambientais:** Criação de políticas de **Pagamento por Serviços Ambientais** (PSA). **Acesso:** Democra tização do acesso à terra e a financiamentos dignos.
	Estruturais: Ausência de acesso garantido à terra (pressão urbana) e entraves legais para notificação de fitoterápicos. **Social:** Racis mo ambiental em áreas periféricas.	**Saúde:** Notificação, regulamentação e **integração dos fitoterápicos** produzidos pelas comunidades **ao SUS**. **Redes:** Intercâmbios territoriais e economia circular comunitária.
CERRADO	**Hídricos e Climáticos:** Secas de nascentes; Veranicos prolongados e calor que encurta a jornada de trabalho.	**Estrutura Hídrica:** Programas de **cisternas e tanques** de captação de chuva como prioridade urgente. **Saúde e Saber:** Fortalecer Farmácias Vivas e a **Fitoterapia no SUS**.
	Ambientais/Sociais: Asse ntamentos cercados por monoculturas (fogo, agrotóxicos); Êxodo juvenil por currículos urbanos.	**Sustentabilidade: Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)** para mulheres guardiãs. **Produção:** Restauração ecológica produtiva (sistemas agrocerratenses).
BIOECONOMIA AZUL	**Climáticos/Econômicos:** Redução da pesca, enchentes recorrentes que causam perdas materiais. **Estruturais:** Info	**Economia Circular:** Fortalecimento da bioeconomia azul e reaproveitamento de resíduos da pesca. **Apoio: Formalização** dos

	rmalidade dos empreendimentos; Ausência de infraestrutura preventiva.	empreendimentos informais e capacitação técnica.
	Social: Invisibilidade das mulheres da água (artesãs, pescadoras) e falta de apoio governamental.	**Políticas:** Políticas públicas específicas para artesãs costeiras, reconhecendo a bioeconomia azul como estratégia de **justiça climática**. **Inovação:** Apoio à inovação artesanal (ex: Projeto Redeiras).
AMAZÔNIA	**Climáticos:** Enchentes e secas intensificadas, resultando em perda de renda e deslocamento forçado. **Social/Racial:** Pre conceito/estigmatização contra mulheres marajoaras (racismo ambiental).	**Resposta Rápida:** Apoio emergencial rápido do governo em cheias e secas. **Adaptação:** Técnicas de cultivo e pesca adaptadas às mudanças.
	Estruturais: Violência de gênero agravada pela crise climática. **Econômico:** Barr eiras de acesso a crédito e poucas mulheres em liderança.	**Liderança:** Mulheres ocupando cargos de liderança em conselhos locais. **Justiça Social:** Criação de **espaços seguros** (em feiras, abrigos) e valorização da mulher marajoara.

7. CONCLUSÃO

a. Caminhos para amplificar vozes das empreendedoras

Esta pesquisa participativa, conduzida por meio dos Laboratórios Vivos Tecelãs do Clima, demonstrou que o conhecimento necessário para enfrentar os desafios climáticos já está presente nos territórios. Ele se manifesta nas práticas cotidianas, nos saberes tradicionais e na resiliência das mulheres que empreendem em contextos de escassez e adversidade.

Ao adotar a abordagem do letramento inverso, reafirmamos o compromisso com uma transição justa e com protagonismo feminino, descentralizando o conhecimento, redistribuindo o poder de decisão e amplificando vozes historicamente silenciadas. A escuta ativa, a cocriação e a valorização dos saberes locais são os pilares que sustentam essa nova estratégia de empreendedorismo climático com recorte de gênero.

Materializado no *Manifesto Vivo Tecelãs do Clima*, este processo evidencia que a crise climática não é apenas um desafio ambiental, mas uma crise de justiça social que penaliza desproporcionalmente as mulheres empreendedoras em territórios vulnerabilizados. **As soluções para adaptação e regeneração são locais, multiculturais e urgentes.** Ao valorizar o letramento inverso, o Sebrae reforça a importância de atuarmos como um agente facilitador que escuta, de aprender sempre e de reconhecer os saberes que emergem das comunidades.

Com base nos desafios identificados na pesquisa Tecelãs do Clima e nos compromissos institucionais formalizados pelo Sebrae, conclui-se que há plena convergência entre as demandas dos territórios e a estratégia organizacional para a agenda climática.

A pesquisa revela que mulheres empreendedoras enfrentam barreiras estruturais que limitam seu protagonismo na transição ecológica. Por outro lado, o Sebrae já reconhece, em seu posicionamento oficial, que a diversidade, o empreendedorismo feminino e a inclusão produtiva são pilares da transição justa.

Diante disso, podemos começar a construir diálogos inspirados em possibilidade de:

- **Transformar os saberes territoriais em inteligência estratégica**, por meio de programas de letramento climático e certificações ESG voltadas a mulheres empreendedoras; [Posição do..._PORTUGUÊS]
- **Ampliar o acesso ao crédito verde**, utilizando o Fampe como instrumento garantidor para negócios liderados por mulheres em contextos vulnerabilizados; [Posição do..._PORTUGUÊS]
- **Fortalecer o advocacy institucional**, com base nos dados da pesquisa, para influenciar políticas públicas que reconheçam o papel das mulheres na regeneração dos biomas e na economia de baixo carbono; [Posição do..._PORTUGUÊS]
- **Integrar os indicadores de diversidade e inclusão produtiva** ao sistema de monitoramento do Planejamento Estratégico Nacional, com metas específicas para negócios femininos sustentáveis. [Posição do..._PORTUGUÊS]

Essa convergência entre diagnóstico participativo e estratégia institucional posiciona o Sebrae como articulador legítimo de uma transição ecológica territorial, inclusiva e liderada por quem vive e cuida do clima todos os dias.

Visão Norteadora: Onde tem mulher, tem transformação.

b. **Convocação institucional para uma transição justa com protagonismo feminino**

A partir dos diagnósticos participativos realizados nos Laboratórios Vivos Tecelãs do Clima conduzida com mulheres empreendedoras em territórios vulnerabilizados, o Sebrae convoca e reafirma o compromisso por uma transição ecológica que seja justa e inclusiva para o momento Pós-COP30.

O Sebrae convoca a comunidade internacional, o setor privado e o governo a conhecerem nossas pesquisas, garantindo que a **COP30 seja um marco de escuta, reconhecimento e ação** e que coloque as Tecelãs do Clima no centro do diálogo.

Como desdobramento da convocação institucional apresentada na COP30, a colaboração permitirá alinhar os compromissos institucionais do Sebrae com padrões internacionais de avaliação de impacto, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os critérios ESG e os marcos da Justiça Climática Feminista. A construir de forma colaborativa indicadores com maior precisão na mensuração dos resultados, maior transparência na prestação de contas e maior efetividade na promoção de uma transição ecológica justa, inclusiva e liderada por mulheres.

O Sebrae, ao lado dessas mulheres, registra um marco de **escuta, reconhecimento e ação**. **Onde tem Sebrae, tem futuro. Onde tem mulher, tem transformação**. Onde tem pequeno negócio, tem futuro.

Referências

Fontes institucionais e políticas públicas

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. *Posição do Sebrae na COP30*. Brasília: Sebrae, 2025. Disponível em: https://sebraepr-my.sharepoint.com/personal/potenza_mayara_sebrae_com_br/Documents/Arquivos%20de%20Microsoft%20Copilot%20Chat/Posi%C3%A7%C3%A3o%20do%20Sebrae%20na%20COP30_PORTUGU%C3%8AS.pdf. Acesso em: 30 out. 2025.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas*. Genebra: IPCC, diversos anos.

ONU MULHERES. *Marco da Justiça Climática Feminista*. Nova York: ONU Mulheres, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU, 2015.

BRASIL. *Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC*. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2009.

BRASIL. *Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima – PNA*. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2016.

COP30. *Agenda de Ação da COP30*. Belém: UNFCCC, 2025.

Estudos e autores citados

BERGVALL-KÅREBORN, B.; HOLST, M.; STÅHLBRÖST, A. Concept design with user involvement. In: *Proceedings of the 42nd Hawaii International Conference on System Sciences*, 2009. Disponível em: https://ieeexplore.ieee.org/document/4755498. Acesso em: 30 out. 2025.

BROWN, J.; ISAACS, D. *The World Café: Shaping our futures through conversations that matter*. San Francisco: Berrett-Koehler, 2005.

LEAL, M. A. et al. *Estudos sobre desertificação na Caatinga*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

SILVA, J. R.; ALBUQUERQUE, M. C. *Impactos climáticos no semiárido brasileiro*. Fortaleza: FUNCEME, 2021.

COSTA, R. M.; NASCIMENTO, A. P. *Vulnerabilidades sociais no sertão nordestino*. Petrolina: UNIVASF, 2022.

DAFLON, C. (2014); WESCHENFELDER, J.; SILVA, M. A. (2018). *Racismo ambiental e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

CHAVIS, B. F. Jr. *Toxic wastes and race in the United States*. Nova York: United Church of Christ, 1982.

ACSELRAD, H. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

REBOUÇAS, A. C. (2021); AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS – ANA. *Recursos hídricos no Cerrado brasileiro*. Brasília: ANA, 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Planejamento urbano e vulnerabilidade climática*. Brasília: IPEA, 2023.

SILVA, T. R. et al. *Bioeconomia regenerativa: práticas e perspectivas*. São Paulo: USP, 2024.

BRUHN, M. et al. *Bioeconomia azul no Brasil: potencial e desafios*. Porto Alegre: UFRGS, 2024.

OLIVEIRA, L.; REHBEIN, A. *Vulnerabilidade costeira e mudanças climáticas*. Florianópolis: UFSC, 2022.

FONSECA, R. M. *Ocupações tradicionais em Pelotas: conflitos e resistências*. Pelotas: UFPel, 2023.

SINGH, A. et al. *Mudanças climáticas na Amazônia: impactos e adaptação*. Manaus: INPA, 2022.

GUIMARÃES, D. R. *Justiça climática e desigualdades sociais no Brasil*. Brasília: UnB, 2025.

SANTOS, E. P.; OLIVEIRA, F. M. *Pressões econômicas na Amazônia brasileira*. Belém: UFPA, 2025.

HOFBAUER, A. P. *Classificações raciais no Brasil: uma abordagem crítica*. São Paulo: Edusp, 2006.

OSÓRIO, R. G. *Políticas de ação afirmativa no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IPEA, 2003.

Pesquisas e plataformas

PIPE.SOCIAL. *Mapeamento de negócios de impacto climático*. São Paulo: Pipe.Social, 2025.

COLLADO, M.; DESAI, R.; MORRIS, J. *Deixem as comunidades liderarem a pesquisa*. Stanford Social Innovation Review Brasil, 2025. Disponível em: https://ssir.com.br/deixem-as-comunidades-liderarem-a-pesquisa/. Acesso em: 30 out. 2025.

Mapas e bases de dados

FIOCRUZ. *Mapa de Conflitos Ambientais*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2023.

SABER TECNOLOGIAS. *Dados sobre enchentes e calor urbano*. São Paulo: Saber, 2025.

SCIELO. *Planejamento urbano e justiça ambiental*. São Paulo: SciELO, 2025.

Créditos da Publicação

A Pesquisa Participativa Tecelãs do Clima: Empreendedorismo Feminino para uma Transição Climática Justa no Brasil é uma realização da **Unidade Empreendedorismo Feminino, Diversidade e Inclusão** em parceria com unidades regionais do Sebrae.

- Presidente Nacional do Conselho Deliberativo - **José Zeferino Pedrozo**

- Diretor Presidente - **Décio Lima**

- Diretor Técnico **- Bruno Quick Lourenço de Lima**

- Diretora Administrativa e Financeira - **Margarete Castro Coelho**

- Gerente da Unidade de Empreendedorismo Feminino, Diversidade e Inclusão - **Georgia Ferreira Martins Nunes**

- Gerente Adjunto da Unidade de Empreendedorismo Feminino, Diversidade e Inclusão - **Eraldo Ricardo dos Santos**

- Coordenadora do Programa Plural Sebrae – **Alessandra Ciuffo**

- Analista Técnico Responsável - **Mayara Lima Pimentel**

- Facilitação dos Labs Vivos: Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado – **Georgia Cunha**

- Execução do Lab Vivo Amazônia - **Instituto Mondó**

-Mobilização Lab Vivo Caatinga – **Maria Regina de Santana Sento** - Analista - Sebrae Unidade Sebrae PE do Sertão do São Francisco

- Mobilização Lab Vivo Mata Atlântica - **CESAV** – Recife – PE

- Mobilização Lab Vivo Mata Atlântica - **Hope| Aceleradora de ideias** – Recife - PE

- Apoio logístico e audiovisual – **Sebrae DF**

- Mobilização Cerrado – **Barbara Pacheco** – Verde Novo – Brasilia – DF

- Mobilização Cerrado – **IFB: Instituto Federal de Brasilia**

- Mobilização Bioeconomia Azul – Pelotas - **Susana Dias Stroher** - Analista de Processos de Relacionamento Sênior - Gerencia de Competitividade Setorial – Gestora Sebrae Delas